

ANEXOS E APÊNDICES

Quadro A1 – Comitês temáticos

Comitê	Criação	Principais atribuições	Principais resultados em 2017
Comitê Assessor da LAI	Portaria n. 101, de 22/3/2013	Assessorar o Diretor-Geral no planejamento, implementação, monitoramento, avaliação e controle das atividades e projetos relacionados à adequação da Câmara dos Deputados à LAI. O Serviço de Informação ao Cidadão Central (SIC-Central) funciona como Secretaria Executiva do Comitê, dentre outras atribuições.	O Comitê Assessor da Lei de Acesso à Informação coordenou e promoveu, em parceria com o Centro de Documentação e Informação (Cedi) e com o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), ações de capacitação para servidores de áreas específicas sobre o atendimento às demandas da LAI. Houve também trabalho de assistência técnica a órgãos da Casa sobre o tratamento de informações com restrição de acesso, em consonância com o que dispõe a LAI.
Comitê de Acessibilidade	Portaria n. 61, de 30/5/2007	Implementar ações continuadas de inclusão social das pessoas com deficiência, de forma a lhes permitir o pleno exercício da cidadania no âmbito da Câmara dos Deputados, bem como apoiar e assessorar os órgãos da Casa em assuntos relacionados ao tema.	As atribuições do Comitê de Acessibilidade foram incorporadas pela Coordenação de Acessibilidade, criada pela Resolução da Câmara dos Deputados n. 19, de 2016, a qual teve suas competências regulamentadas pelo Ato da Mesa n. 149, de 2017. Encerrou-se, portanto, o Comitê, posto que a nova Coordenação dará continuidade às atividades de forma perene. Em 2017, os principais resultados obtidos pela Coordenação de Acessibilidade foram: instalação de sistema de aro magnético e disponibilização de saída de áudio para sistema FM e <i>bluetooth</i> (sistemas de escuta assistida para pessoas usuárias de aparelho auditivo) no Plenário 10 das Comissões; instalação de sistema de aro magnético em balcões de atendimento do Departamento Médico; readequação de leilante e mobiliário dos restaurantes do Anexo IV; instalação de corrimãos no Departamento Médico; aquisição de móveis e equipamentos de tecnologia assistiva (07 mesas adaptadas para cadeirantes, 05 ampliadores para baixa visão, 01 teclado de uma mão, 02 linhas <i>braille</i>); cursos de capacitação em Audiodescrição e em Língua Brasileira de Sinais (níveis básico e intermediário) para servidores; contratação de terceirizados com deficiência intelectual para prestação de serviços de auxílio em apoio administrativo; celebração de acordo de cooperação técnica em acessibilidade entre TCU, STF, STJ, TST, TJDF, Câmara dos Deputados e Senado Federal.
Comitê de Gestão Ambiental - EcoCâmara	Portaria n. 119, de 4/5/2010	Promover a gestão da sustentabilidade na Câmara dos Deputados de forma integrada com os diversos setores da Casa.	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do 1º Plano de Logística Sustentável da Casa, em tramitação por meio do Processo digital n. 334.798/2017. O PLS foi construído de forma coletiva, com participação dos órgãos relacionados aos 14 temas estabelecidos. Foram propostos 51 planos de ação com objetivos, responsabilidades, indicadores e metas estabelecidos e 172 ações de sustentabilidade; • Elaboração de proposta para criação do Escritório de Sustentabilidade, vinculado à Diretoria-Geral e do Comitê Gestor da Logística Sustentável, com objetivo de instituir a governança da sustentabilidade. Processo n. 119.154/2017, aguardando aprovação; • Revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – fase de diagnóstico; • Revitalização da coleta seletiva iniciada, em 2015, nos Anexos II e III; • Instrução do processo para realização de feira de alimentos orgânicos, em fase de cadastramento de associações de produtores orgânicos. Processo n. 101.669/2016; • Direcionamento e assessoramento ao órgão executante quanto à participação da Câmara dos Deputados na ARP-76/2017, cujo objeto é a prestação de serviços de descontaminação de lâmpadas fluorescentes inservíveis (compra compartilhada); • Direcionamento e assessoramento ao órgão executante quanto às providências necessárias ao atendimento da Lei Distrital n. 5.610, de 2016, referente à coleta dos resíduos orgânicos de grandes geradores; e • Promoção, em parceria com departamentos da Casa, com outros órgãos da Administração Pública e com entidades civis organizadas, de eventos de sensibilização e debate relacionados à sustentabilidade, dos quais se destacam: Seminário “O direito de escolha do Consumidor do Futuro: Um debate sobre energias renováveis, água, reciclagem e portabilidade da conta de luz”; Seminário “Unidades de Conservação”; Seminário “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”; Seminário “O Berço das Águas pede Socorro”, em comemoração ao Dia do Cerrado; Curso de

Comitê	Criação	Principais atribuições	Principais resultados em 2017
			Legislação Ambiental; Exposição “Um olhar para o cerrado”; II Jornada de Boas Práticas em Contratações Públicas; Planejamento e participação das plenárias do Fórum Governamental de Responsabilidade Social - FGRS; Campanha de coleta de resíduo eletrônico; Campanha para uso racional da água; e Campanha relacionada à divulgação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. http://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/inclusao-social-e-equidade/ecocamara/o-ecocamara/noticias
Comitê Diretivo de Gestão Orçamentária e Financeira (CDGOF)	Portaria n. 16, de 25/1/2017	Discutir e supervisionar o planejamento e monitoramento de aquisição de bens e serviços; o planejamento e monitoramento da gestão orçamentária e financeira; a elaboração das peças integrantes do processo de tomada de contas anual.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de priorização de despesas com base nos seguintes critérios: continuidade de processos críticos, abrangência de benefícios à sociedade, aos parlamentares e ao público interno, aumento de eficiência e produtividade e questões de conformidade. • Definição e aprovação do “Modelo de Governança das Aquisições e do Planejamento e Acompanhamento Orçamentários - CDGOF”, com as alçadas de decisão e papéis e responsabilidades do CDGOF, em relação à aquisição de bens e contratações de serviços (o documento inclui as diretrizes gerais de contratação para a Casa). • Apreciação do texto consolidado do Relatório de Gestão de 2016. • Verificação e monitoramento de medidas que implementem soluções de gestão estratégica financeira e orçamentária, em virtude de demandas resultantes de auditorias internas e externas. • Definição de valores limites por UGR; • Aprovação de remanejamentos e suplementações orçamentárias, conforme alçadas aprovadas; • Aprovação de critérios para suplementação orçamentária; • Aprovação de aquisições de alto vulto apresentadas ao CDGOF; e • Validação da homologação de sistemas envolvidos nos processos orçamentários, financeiros e de prestação de contas.
Comitê Diretivo de TI (CDTI)	Portaria n. 406, de 27/9/2013	Elaborar o Plano Diretor de TIC (PDTI), a partir de proposta encaminhada pelo diretor do Centro de Informática, alinhado ao Plano Estratégico de TIC (Peti). Tem caráter deliberativo.	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação das novas demandas e portfólio remanescente de 2016 para fechamento do portfólio 2017-2018; • Apresentação dos impactos referentes ao atraso da contratação da fábrica de <i>software</i> sobre demandas aprovadas para o portfólio 2017-2018; • Apresentação do PDTI 2017-2018; • Acompanhamento dos projetos em andamento; • Apresentação e deliberação sobre as demandas extemporâneas; • Apresentação dos papéis e responsabilidades sobre serviços de TIC, definidos em portaria; e • Apresentação do novo modelo de fábrica de <i>software</i> a ser contratado.
Comitê Estratégico de TI (CETI)	Portaria n. 406, de 27/9/2013	Estabelecer diretrizes, objetivos e metas de tecnologia da informação e comunicação alinhados à estratégia da Câmara dos Deputados, além de elaborar o Plano Estratégico de TIC (Peti). Responsável pela governança de TIC.	<ul style="list-style-type: none"> • Informações sobre auditoria interna sobre arquitetura corporativa (COBIT 5 APO03); • Análise do resultado da pesquisa de satisfação dos usuários de serviços do Cenin; • Análise de diretrizes para oferta de serviços dirigidos à sociedade; • Apresentação de versão preliminar da nova plataforma de serviços de dados abertos (AE 7.7); • Definição de estratégia para ampliação da capacidade de oferta de serviços de TIC; • Priorização no desenvolvimento de novo aplicativo para aquisição e controle de passagens aéreas (buscador); • Avaliação da participação da Câmara na Campus Party 2017; • Aprovação do PDTI 2017-2018; • Discussão sobre possível projeto corporativo: PLIP - Projeto de Lei de Iniciativa Popular; • Avaliação do iGovTI 2016; • Análise dos indicadores estratégicos de TIC relativos a 2017 (resultados parciais); • TI VERDE: Política de impressão para a CD; • Encaminhamento da Portaria sobre Papéis e Responsabilidades sobre Soluções de TIC; e • Discussão da Portaria sobre Regulamentação de Serviços em Nuvem.
Comitê Gestor de Segurança da Informação	Ato da Mesa n. 47, de 16/7/2012	Propor, promover e acompanhar as ações que dizem respeito à implantação, à avaliação e à revisão da Política de Segurança da	O CGSI realizou três reuniões em 2017. Dentre os assuntos tratados e ações implementadas destacam-se: a) demandas de informações da Secin sobre as ações do CGSI; b) atualização de informações sobre o inventário de ativos de informações e sobre os estudos para implantação de Sistema de Gestão de Segurança da Informação, no que diz

Comitê	Criação	Principais atribuições	Principais resultados em 2017
	(criação) e Portaria n. 407, de 30/9/2013 (instalação)	Informação da Câmara dos Deputados.	respeito às competências do Cenin; c) elaboração e execução, em parceria com a Secom, de campanha institucional de sensibilização sobre segurança da informação. A campanha, que contemplou a criação de uma logomarca para o Comitê, foi constituída por oito peças publicitárias divulgadas via <i>e-mail marketing</i> e papéis de parede nas telas de computador da Casa, no período de 11/10/2017 a 18/12/2017. Todas as ações implementadas estavam previstas no Plano de Ação em Segurança da Informação, aprovado pela Diretoria-Geral, em 2015.
Comitê Gestor de Rádio e TV Digital	Portaria n. 290, de 18/9/2014	Propor estratégias, executar e coordenar os trabalhos necessários para implantação da Rede Legislativa de TV Digital e da Rede Legislativa de Rádio da Câmara dos Deputados.	<p>A Coordenação da Rede Legislativa apresentou à presidente do Comitê proposta de estratégia de expansão da Rede de rádio para encaminhamento para o Secretário de Comunicação, deputado Márcio Marinho, e o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia.</p> <p>Foram inauguradas as seguintes operações de TV em 2017, em parceria com Assembleias e Câmaras Municipais: Recife/PE, Bagé e Rio Grande, no Rio Grande do Sul, e Juiz de Fora/MG. Com o parceiro Senado Federal foi inaugurada a operação em Aracaju/SE. Ao todo, a Rede Legislativa de TV Digital possui 47 transmissores, a maior parte instalada em regiões metropolitanas. Ao todo, cerca de 300 cidades em todo o país recebem o sinal da Rede Legislativa de TV Digital.</p> <p>A Rede Legislativa de rádio fecha o ano de 2017 com mais uma operação, em Teixeira de Freitas, Bahia. São, agora, cinco operações.</p> <p>Em 2017, a Coordenação da Rede Legislativa participou da organização de dois eventos nacionais de emissoras de rádio e TV legislativa, em Foz do Iguaçu/PR e São Paulo/SP, nos meses de maio e agosto, respectivamente, juntamente com a Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas – Astral. A Câmara dos Deputados manteve-se como vice-presidente da Associação.</p> <p>A Coordenação de Rede Legislativa participou das atividades do Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital e do Gired - Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, da Anatel. Foram definidos, junto com a administração da Casa, os procedimentos para remanejamento de canais da Câmara dos Deputados pela Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de canais de TV e RTV – EAD, e foi realizado o remanejamento de canais em várias capitais brasileiras.</p>
Comitê Gestor do Portal	Portaria n.123, de 24/11/2004 e Portaria n. 11, de 27/1/2012	Promover e gerenciar as ações que dizem respeito à estrutura de serviços e informações, à apresentação e à forma do portal institucional da Câmara dos Deputados, nos ambientes internet, intranet e extranet.	<p>O Comitê Gestor do Portal realizou 18 reuniões ordinárias, nas quais foram tomadas decisões relacionadas ao portal institucional, ao portal corporativo e aos portais complementares (Plenarinho, e-Democracia, LabHacker, Educação a Distância e Escola Virtual de Cidadania).</p> <p>Em março foi lançada a nova plataforma do portal Plenarinho, apresentando novidades como navegação mais simples, adaptação automática aos dispositivos móveis (que são os mais utilizados pelo público-alvo) e opções de acessibilidade.</p> <p>As novas versões do portal e do Camaranet foram implantadas em junho. Tanto o portal institucional quanto o portal corporativo foram renovados, sendo realizadas alterações no <i>layout</i> e na organização dos menus de navegação já existentes. O objetivo dessas mudanças foi atualizar e simplificar a apresentação das informações, principalmente no portal corporativo, após a finalização do Projeto de Conformidade do Portal com a LAI e do diagnóstico do projeto Virada Digital, além de considerar outros estudos apresentados pela equipe de gestores técnicos (Aproge, Cedi, Cenin, Secom) sobre os acessos dos visitantes ao portal, em observância aos requisitos de clareza, pesquisa facilitada e interesse do cidadão. A partir das diretrizes apresentadas pelos grupos de trabalho responsáveis pelos projetos citados, os gestores técnicos reestruturaram os menus existentes na home.</p> <p>Após o lançamento, foi iniciada a atualização dos conteúdos do portal, destacando-se a área do Orçamento da União, com modificações já implementadas, e a área de Discursos, com proposta de aprimoramento em andamento, quase finalizada.</p>
Comitê Gestor do Relacionamento	Portaria n. 111, de 22/3/2013	Propor normas e zelar pelo cumprimento dos procedimentos estabelecidos, sugerir ações, propor objetivos e diretrizes para aprimoramento da Gestão do Relacionamento	Primeiro ano de operação do sistema informatizado de Gestão do Relacionamento, disponível para a sociedade por meio do Fale Conosco em http://www2.camara.leg.br/ , e pelo serviço Disque Câmara 0800 619 619, e para o público interno – deputados, consultores e servidores, na intranet. Refinamento do sistema; revisão de normativo e publicação da Portaria n. 260, de 2017 ; revisão de tipologia de demandas e processos de trabalho; manualização de procedimentos

Comitê	Criação	Principais atribuições	Principais resultados em 2017
		no âmbito da Câmara dos Deputados.	de atendimento e implementação de boas práticas; reciclagem e capacitação pontual de equipes de atendimento de órgãos integrados ao Comitê Gestor do Relacionamento.
Comitê Gestor do Sistema de Gestão de Material e Serviço (CG-Sigmas)	Portaria n. 19, de 30/1/2015	Planejar e acompanhar a evolução do Sistema de Gestão de Material e Patrimônio (Sigmas), de acordo com as necessidades indicadas pelas áreas técnicas.	A Portaria Dirad n. 102, de 2017 (publicada no Boletim Administrativo, de 10/07/2017, p. 2.178), extinguiu o Comitê do Sistema de Gestão de Material e Serviço (CG-Sigmas) e deu outras providências, tendo em vista que as atividades desenvolvidas pelo citado comitê foram incorporadas permanentemente à rotina de atualização do Sigmas.
Comitê Gestor do Sistema de Informação Legislativa da Câmara dos Deputados (CG-Sileg)	Portaria SGM n. 1, de 31/5/2012	Analisar, propor e acompanhar ações para aperfeiçoamento do Sistema de Informação Legislativa (Sileg) atual e suas futuras versões, bem como de sua integração com os demais sistemas de informação da Câmara dos Deputados.	Concluídas as implementações de 53 solicitações de ajustes e aprimoramentos para o Sileg; realização de acompanhamento dos projetos de implementação do sistema Infoleg – Autenticador e Infoleg – Fase Inicial do Processo Legislativo, que deverão substituir o autenticador atual do Sileg e as funcionalidades de recebimento de proposição e despacho inicial, com os requisitos necessários ao Processo Legislativo em modo eletrônico.
Comitê Gestor Pró-Equidade	Portaria n. 79, de 26/3/2014	Promover a igualdade de condições e oportunidades, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade no ambiente de trabalho, bem como prevenir e coibir discriminações de qualquer natureza.	A diversidade tem-se consolidado como diretriz na gestão da CD e observa-se a intenção de se manter na pauta de discussão e no planejamento dos próximos anos, possibilitando, assim, a continuidade do processo de conscientização e sensibilização do corpo funcional. As ações realizadas em 2107 foram as seguintes: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Oficina Paternidade Participativa; ✓ Palestra sobre relações pessoais e bem-estar no trabalho para encarregados das empresas prestadoras de serviços terceirizados; ✓ Curso de Gênero; ✓ Clube de Leitura; ✓ Implantação de sala de amamentação e do fraldário (Anexo IV); ✓ Campanhas sobre diversidade e violência no trabalho; ✓ Lançamento da publicação “Repertório Bibliográfico sobre a Condição do Negro no Brasil” em parceria com o Cedi; e ✓ Atendimentos individuais (servidores e gestores) para orientações sobre diversidade, equidade e relacionamentos interpessoais.

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

Quadro A2 – Espaços físicos – caracterização da cessão

RIP	Empresa	Localização	Formalização de contratação		
			Instrumento	Número	Processo/termo/contrato/aditivo/d despacho
9701.00206.500-4	Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.	Balcão de Atendimento (térreo AIV)	Permissão	2011/015	Processo n. 121.966/10 - Termo de Permissão de Uso n. 2011/015.0
9701.00206.500-4	Banco do Brasil S.A.	Agência Câmara - Anexo IV: Agência (térreo AIV) + Atendimento Parlamentar (térreo AIV) + Caixas Eletrônicos (térreo AIV)	Contrato Encerrado	2014/148.0 (até 12/9/2017)	Processo n. 114.189/14 - Contrato Emergencial n. 2014/148.0
9701.00288.500-1	Banco do Brasil S.A.	Agência Parlamento - Ed. Principal: Agência Estilo (térreo Ed. Principal) + Caixas Eletrônicos (térreo Ed. Principal e Salão VIP Parlamentares) + Caixas Eletrônicos AI (térreo) + Caixas Eletrônicos AII (térreo)	Contrato Encerrado	2014/148.0 (até 12/9/2017)	Processo n. 114.189/14 - Contrato Emergencial n. 2014/148.0
9701.00206.500-4	Banco do Brasil S.A.	Agência Câmara - Anexo IV: Agência (térreo AIV) + Atendimento Parlamentar (térreo AIV) + Caixas Eletrônicos (térreo AIV)	Contrato	2017/160 (a partir de 13/9/2017)	Processo n. 114.189/14 - Contrato Emergencial n. 2014/148.0
9701.00288.500-1	Banco do Brasil S.A.	Agência Parlamento - Ed. Principal: Agência Estilo (térreo Ed. Principal) + Caixas Eletrônicos (térreo Ed. Principal e Salão VIP Parlamentares) + Caixas Eletrônicos AI (térreo) + Caixas Eletrônicos AII (térreo)	Contrato	2017/160 (a partir de 13/9/2017)	Processo n. 114.189/14 - Contrato Emergencial n. 2014/148.0
9701.00206.500-4	Caixa Econômica Federal	Agência e Caixas Eletrônicos (térreo Anexo IV)	Contrato Encerrado	2014/149.0 (até 12/9/2017)	Processo n. 114.189/14 - Contrato Emergencial n. 2014/149.0
9701.00288.500-1	Caixa Econômica Federal	Agência Ed. Principal (Térreo) + Caixas Eletrônicos Ed. Principal (térreo) + Caixas Eletrônicos AII (térreo)	Contrato Encerrado	2014/149.0 (até 12/9/2017)	Processo n. 114.189/14 - Contrato Emergencial n. 2014/149.0
9701.00206.500-4	Caixa Econômica Federal	Agência e Caixas Eletrônicos (térreo Anexo IV)	Contrato	2017/159 (a partir de 13/9/2017)	Processo n. 114.189/14 - Contrato Emergencial n. 2014/149.0
9701.00288.500-1	Caixa Econômica Federal	Agência Ed. Principal (térreo) + Caixas Eletrônicos Ed. Principal (térreo) + Caixas Eletrônicos AII (térreo)	Contrato	2017/159 (a partir de 13/9/2017)	Processo n. 114.189/14 - Contrato Emergencial n. 2014/149.0
9701.00206.500-4	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	Agência AIV (térreo)	Permissão	2014/081.2 (vigência a partir de 3/5/16)	Processo n. 102.333/06 - Aditivo ao Termo de Permissão de
9701.00206.500-4	Gol Transportes Aéreos S.A. (Vrg Linhas Aéreas S.A.)	Balcão de Atendimento e Loja (térreo AIV)	Permissão	2009/038	Processo n. 105.141/06 - Termo de Permissão de Uso n. 2009/038.0 Processo n.2009/118.728 - Despacho autorizativo do DG
9701.00206.500-4	Ocean Air Linhas Aéreas Ltda. (Avianca)	Avianca - Balcão de Atendimento (térreo AIV)	Permissão	2008/147	Processo n. 162.089/08 - Termo de Permissão de Uso n. 2008/147.0
9701.00206.500-4	Passaredo Transportes Aéreos Ltda.	Balcão de Atendimento (térreo AIV)	Permissão	2008/120	Processo n. 109.077/07 - Termo de Permissão de Uso n. 2008/120.0
9701.00206.500-4	Tam Linhas Aéreas S.A.	Balcão de Atendimento e Loja (térreo AIV)	Permissão	2007/176	Processo n. 105.129/06 - Termo de Permissão de Uso n. 2007/176.0
9701.00206.500-4	Senac - Restaurante Escola	Senac - Restaurante (10º andar AIV)	Acordo	2008/008	Processo n. 147.215/07 - Acordo de Cooperação n. 2008/008.5
9701.00206.500-4	Senac - Lanchonete Escola	Senac - Lanchonete (10º andar AIV)	Acordo	2008/008	Processo n. 147.215/07 - Acordo de Cooperação n. 2008/008.5

RIP	Empresa	Localização	Formalização de contratação		
			Instrumento	Número	Processo/termo/contrato/aditivo/d espacho
9701.00213.500-2	Taioba Self Service Ltda. - Restaurante e Lanchonete	?????	Contrato	2016/112 (vigência a partir de 16/6/16)	Processo n. 126.367/12 - Aditivo ao Contrato n. 2016/112.1
9701.00213.500-2	Ascade - Farmácia	Farmácia (subsolo AIII)	Permissão	2008/041	Processo n. 5.351/06 - Termo de Permissão de Uso n. 2008/041.0
9701.00288.500-1	Ascade	Ascade (27º andar - AI)	Permissão	2008/041	Processo n. 5.351/06 - Termo de Permissão de Uso n. 2008/041.0
9701.00221.500-6	Oi (Brasil Telecom Celular S.A.)	Oi (subsolo AII)	Autorização	2007/019	Processo n. 17.634/04 - Termo de Autorização n. 2007/019.0
9701.00221.500-6	Nextel Telecomunicações Ltda.	Nextel (subsolo AII e unidades remotas)	Permissão	2009/030	Processo n. 134.591/05 - Termo de Permissão de Uso n. 2009/030.0
9701.00221.500-6	Vivo S.A.	Vivo (subsolo AII)	Permissão	2009/023	Processo n. 164.649/08 - Termo de Permissão de Uso n. 2009/023.0
9701.00221.500-6	Claro (Amerigel S.A.)	Claro (subsolo AII)	Permissão	2009/024	Processo n. 164.648/08 - Termo de Permissão de Uso n. 2009/024.0
9701.00221.500-6	Agência Aerotur Ltda.	Aerotur (superior AII, sala DG)	Contrato	2014/140	Processo n. 131.291/13 - Aditivo ao Contrato n. 2014/140.2
9701.00221.500-6	Brasil Telecom S.A. - TUP (Orelhão)	Brasil Telecom (térreo AII)	Permissão	2013/053	Processo n. 017.634/04 - Termo de Permissão de Uso n. 2013/053.0
9701.00221.500-6	Assessoria - Ministério Público Federal MPF/PGR	MPF/PGR (7º andar - AIV)	Autorização	2013/250	Processo n. 145.323/11 - Termo de Autorização de Uso n. 2013/250.0
9701.00287.500-6	Senac - Lanchonete Escola	Senac - Lanchonete e Vestiário (térreo Cefor)	Acordo	2008/008	Processo n. 147.215/07 - Acordo de Cooperação n. 2008/008.5
9701.00288.500-1	Fundação Milton Campos	Fundação (27º andar - AI)	Cessão de Uso	2009/106	Processo n. 114.532/05 - Termo de Cessão de Uso n. 2009/106.0
9701.00288.500-1	Fundação Ulysses Guimarães	Fundação (26º andar - AI)	Cessão de Uso	2009/107	Processo n. 104.755/06 - Termo de Cessão de Uso n. 2009/107.0
9701.00288.500-1	Sindilegis	Sindilegis (27º andar - AI)	Permissão	2008/044	Processo n. 5.558/06 - Termo de Permissão de Uso n. 2008/044.0
9701.00288.500-1	Associação dos Congressistas do Brasil - ACB	ACB (20º andar - AI)	Autorização	2014/69	Processo n. 119.391/09 - Termo de Autorização de Uso n. 2014/069.0
9701.00288.500-1	Legiscred	Sicoob Legislativo (27º andar AI)	Permissão	2008/121	Processo n. 112.583/06 - Termo de Permissão de Uso n. 2008/121.0
9701.00288.500-1	Senac - Lanchonete Escola	Senac - Lanchonete (térreo Ed. Principal) + Lanchonete Parlamentar (3º pavimento Ed. Principal)	Acordo	2008/008	Processo n. 147.215/07 - Acordo de Cooperação n. 2008/008.5

Fonte: Departamento de Material e Patrimônio, Departamento Técnico e Fundo Rotativo da CD.

Quadro A3 – Espaços físicos – área ocupada e valores

RIP	Cessionário	Área de ocupação (m²)			Valores	
		Caderno de ocupação	Contratual	Planilha de cobranças	Previsto em instrumento (R\$/mês)	Arrecadados (R\$)
9701.00206.500-4	Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.	17,66	3,09	17,28	1.354,42	13.466,67
9701.00206.500-4	Banco do Brasil S.A.	403,36	396,24	396,24	29.877,60	247.482,43
9701.00288.500-1	Banco do Brasil S.A.	337,43	337,31	337,31	25.916,95	172.358,80
9701.00206.500-4	Banco do Brasil S.A.	403,36	403,36	403,36	43.846,88	158.427,12
9701.00288.500-1	Banco do Brasil S.A.	337,43	338,92	338,92		
9701.00206.500-4	Caixa Econômica Federal	126,27	125,18	125,18	9.490,99	89.654,06
9701.00288.500-1	Caixa Econômica Federal	178,99	178,23	178,23	13760,06	103.940,47
9701.00206.500-4	Caixa Econômica Federal	126,27	126,27	126,27	18.293,29	47.803,84
9701.00288.500-1	Caixa Econômica Federal	178,99	180,48	180,48		
9701.00206.500-4	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	227,53	227,53	227,53	17.117,49	87.477,27
9701.00206.500-4	Gol Transportes Aéreos S.A. (Vrg Linhas Aéreas S.A.)	54,41	92,49	52,3	4.214,55	46.139,71
9701.00206.500-4	Ocean Air Linhas Aéreas Ltda. (Avianca)	16,13	15,6	15,6	1.198,26	13.966,46
9701.00206.500-4	Passaredo Transportes Aéreos Ltda.	3,19	3,09	3,09	273,74	2.780,89
9701.00206.500-4	Tam Linhas Aéreas S.A.	65,38	78,8	62,08	4.880,60	39.493,16
9701.00206.500-4	Senac - Restaurante Escola (Anexo IV - 10º Pavimento)	1316,39	1496	-	Isento	-
9701.00206.500-4	Senac - Lanchonete Escola (Anexo IV - 10º Pavimento)	304,35	327	-	Isento	-
9701.00213.500-2	Taioba Self Service Ltda. - Restaurante e Lanchonete	1540,59	-	-	123.709,66	843.158,82
9701.00213.500-2	Ascade - Farmácia	45,5	45,3	45,3	4.393,18	63.490,81
9701.00288.500-1	Ascade	51,47	77,51	77,51	4.991,54	-
9701.00221.500-6	Oi (Brasil Telecom Celular S.A.)	3,33	3	3	942,70	11.312,40
9701.00221.500-6	Nextel Telecomunicações Ltda.	15,89	15	15	1.802,55	15.367,50
9701.00221.500-6	Vivo S.A.	38,91	46	46	7.192,82	66.284,91
9701.00221.500-6	Claro (Americel S.A.)	14,46	12	12	2.824,46	21.107,20
9701.00221.500-6	Agência Aerotur Ltda.	5,12	-	-	176,80	2.295,62
9701.00221.500-6	Brasil Telecom S.A. - Tup (orelhão)	1,58	1,58	-	Isento – Ato da Mesa n. 61, de 2005	-
9701.00221.500-6	Assessoria - Ministério Público Federal MPF/PGR	45,39	37	-	Isento – Ato da Mesa n. 61, de 2005	-
9701.00287.500-6	Senac - Lanchonete Escola	92,47	74	-	Isento	-
9701.00288.500-1	Fundação Milton Campos	48,39	46,02	46,02	3.524,50	33.739,19
9701.00288.500-1	Fundação Ulysses Guimarães	158,38	129,67	129,67	9.798,19	46.021,70
9701.00288.500-1	Sindilegis	31,65	27,44	27,44	2.105,72	20.143,52
9701.00288.500-1	Associação dos Congressistas do Brasil - ACB	66,46	66,46	-	Isento	-
9701.00288.500-1	Legiscred	15,06	14,37	14,37	1.139,17	10.986,04
9701.00288.500-1	Senac - Lanchonete Escola (Ed. Principal)	191,5	82	-	Isento	-

Fonte: Departamento de Material e Patrimônio, Departamento Técnico e Fundo Rotativo da CD.

Quadro A4 – Principais projetos de TIC desenvolvidos em 2017

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido até dez./2017	Prazo de conclusão	Alinhamento PEI e PETI
CotasNet 3.0	Evolução do sistema Cotasnet visando a automação de operações que reduzam as operações manuais de conferência de documentos fiscais reembolsáveis da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar e ampliação da transparência e do controle social sobre essas despesas.	Aumento da eficiência; Robustez e mais efetividade na validação dos dados; Desmaterialização do lote de notas fiscais eletrônicas; Aprimoramento do processo de trabalho com automatização de algumas rotinas manuais e conferência de documentos fiscais; Redução de impressão de recibos; Aprimoramento do processo de trabalho de controle sobre bilhetes aéreos.	Não previsto	Não se aplica	2º Semestre de 2018	2. Transparência OE2
eDoc - solução de tramitação de documentos eletrônicos	Prover solução para iniciar o processo de implantação gradativa do uso de documentos e processos totalmente eletrônicos, em substituição ao tradicional uso de papel na área administrativa da Câmara dos Deputados.	Modernizar a tramitação de processos administrativos da Câmara dos Deputados. A solução, além de oferecer ganho de produtividade, simplifica, agiliza, controla e proporciona mais segurança aos processos administrativos, e possibilita a racionalização dos gastos com tinta e papel, reduzindo a utilização de recursos naturais.	R\$3.888.530,00	R\$2.592.615,86	2º Semestre de 2018	7. Gestão OE4
Infoleg - Autenticador	Desenvolvimento de novo autenticador para possibilitar o envio (apresentação), o recebimento e a numeração automáticos de proposições e demais documentos legislativos, considerando a utilização de assinatura digital e o armazenamento e versionamento de documentos em repositório específico para gestão de documentos.	Aprimoramento das rotinas de autenticação; maior abrangência da sistematização dos procedimentos relacionados ao Processo Legislativo; Aprimoramento da qualidade da informação legislativa; organização e integração das informações; padronização e preenchimento automático de dados do documento autenticado; gestão documental (armazenamento, versionamento, segurança, diversidade de formatos, etc.); garantir suporte ao Processo Legislativo Eletrônico (assinatura digital); suporte ao LeXML e nova arquitetura de informação; atualização tecnológica (maior robustez da aplicação); ambiente <i>Web</i> .	Não previsto	Não previsto	1º Semestre de 2018	4. Qualidade das Leis OE2
Infoleg - Fase Inicial do Processo Legislativo	Módulo do Infoleg para elaboração do despacho e distribuição das proposições legislativas numeradas às comissões competentes.	Aprimoramento das rotinas e maior abrangência da sistematização dos procedimentos relacionados ao Processo Legislativo; Aprimoramento da qualidade da informação legislativa; Padronização de dados de documentos recebidos com consequente redução das atividades de conferência; Possibilidade de configuração das ações executadas sobre o documento recebido; Simplificação do encaminhamento de documentos originais eletrônicos e cópias em papel; Aprimoramento da rotina para elaboração de despachos; Elevação do nível de segurança para acesso ao texto do despacho durante sua elaboração (o texto deve ser sigiloso antes da publicação do despacho); Ampliação de possibilidades de pesquisas utilizando	Não previsto	Não previsto	1º Semestre de 2018	4. Qualidade das Leis OE2

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despido até dez./2017	Prazo de conclusão	Alinhamento PEI e PETI
		dados de despacho; Possibilidade de configuração das ações executadas sobre a proposição durante o subprocesso de distribuição; Garantia de compatibilidade e coerência das informações disponibilizadas na internet e intranet; Atualização tecnológica (maior robustez da aplicação); Ambiente <i>Web</i> .				
PLIP - Plataforma Digital para Projetos de Lei de Iniciativa Popular	Desenvolver e implantar plataforma tecnológica para viabilizar a apresentação eletrônica de Projetos de Lei de Iniciativa Popular, com recursos para cadastramento de projetos, recebimento de inscrições eletrônicas, validação das inscrições recebidas e publicação na internet do andamento do processo de apoio.	Simplificação do processo de coleta de assinaturas para Projetos de Lei de Iniciativa Popular; Desoneração do processo de conferência e consolidação de assinaturas válidas; Coibição da coleta fraudulenta de inscrições; Incremento da transparência do processo de coleta, com publicação na internet do andamento e consolidação dos apoios; Oferta de nova perspectiva para a população em relação à Câmara dos Deputados, com abertura da instituição para incluir cada vez mais os cidadãos no exercício da política.	Ainda não há valor orçado	R\$0,00	2º Semestre de 2018	3. Interação OE7
CotasNet - Módulo para Controle do Cidadão	Oferecer solução para recuperar e disseminar dados das despesas relativas ao uso da Cota para Exercício da Atividade Parlamentar.	Agilidade, rapidez e flexibilidade na pesquisa; racionalização de recursos; redução da quantidade de requerimentos de acesso à informação relacionada ao uso da Ceap; ampliação da transparência dos gastos da Ceap; conformidade com a Lei Acesso à Informação.	Não previsto	Não previsto	2º Semestre de 2018	2. Transparência OE7
Informações Gerenciais - Execução Orçamentária	Disponibilização de informações de execução orçamentária de forma mais ampla e prática.	Disponibilizar numa única base, as execuções orçamentárias de vários anos, proporcionando assim o cruzamento de dados e também séries históricas; Disponibilizar relatórios de execução orçamentária através do portal Orçamento Brasil, facilitando assim o acesso a tais informações (obs.: esses relatórios atualmente estão disponíveis em bases Access, plataforma proprietária, forçando o usuário a baixar a base de cada ano separadamente para extrair informações); Consolidar uma estrutura de dados visando futuramente disponibilizar informações no formato de dados abertos.	Não previsto	Não previsto	2º Semestre de 2018	2. Transparência OE4
Modernização da Pesquisa e da Interface com o Usuário do Banco de Discursos da Câmara dos Deputados	Realizar aprimoramentos no aplicativo de busca de discursos do Portal da Câmara e modernização de sua interface com usuário.	Maior flexibilidade e desempenho na pesquisa de discursos do Portal; melhor desempenho com a migração para a plataforma tecnológica mais moderna; aperfeiçoamento da interface com o usuário, utilizando padrões <i>web</i> atuais, visando aprimorar a experiência de uso do aplicativo.	Não previsto	Não previsto	2º Semestre de 2018	2. Transparência OE1
Orçamento Brasil - Novo Portal	Implantação de aprimoramentos na visualização e organização das informações e serviços da área Orçamento Brasil, no portal da Câmara dos Deputados.	Implementação da arquitetura da informação definida no planejamento do site. Construção das páginas e recursos de navegação do site; dos serviços de pesquisa de informações	Não previsto	Não previsto	1º Semestre de 2018	2. Transparência OE7

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido até dez./2017	Prazo de conclusão	Alinhamento PEI e PETI
		orçamentárias e dos serviços de interação com a sociedade.				
Painel de Dados Eleitorais - Siele	Construção de painéis que possibilitem aos usuários da Câmara dos Deputados e à sociedade acesso facilitado a dados eleitorais e informações consolidadas quanto às votações, despesas, receitas e bens dos candidatos, com possibilidade de cruzamentos de variáveis e construção de modelos que permitam analisar o processo eleitoral.	Acesso com maior clareza e tempestividade a dados tratados e consolidados sobre eleições, bem como a elaboração de modelos de análise estatística; maior facilidade para produção de estudos e proposições a respeito do processo eleitoral e assessoramento das comissões; possibilidade de cruzamento com outras bases de dados consolidadas desenvolvidas pelo Centro de Informática em parceria com a Consultoria Legislativa e outros órgãos da Câmara dos Deputados, ampliando a capacidade de análise; possibilidade de utilização para fins acadêmicos pelos alunos dos cursos de especialização e mestrado promovidos pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor).	Não previsto	Não previsto	1º Semestre de 2018	2. Transparência OE5
Painel Legislativo	Provimento de solução que possibilite a geração e a consulta de informações legislativas através de painéis gerenciais, bem como a geração de relatórios de forma tempestiva sobre informações legislativas no âmbito das comissões para subsidiar o processo de tomada de decisões e atender demandas diversas do público atuante e interessado no Processo Legislativo.	Disponibilidade de informações gerenciais para subsidiar o processo de decisão; Agilidade no atendimento das demandas por informações legislativas produzidas nas comissões; Maior facilidade no acesso às informações das comissões.	Não previsto	Não previsto	1º Semestre de 2018	2. Transparência OE5
Sistema de Distribuição de Recursos para Emendas Coletivas	Solução informatizada para controlar o processo de distribuição de emendas coletivas: geração dos registros, disponibilização remota às bancadas para fazerem suas distribuições, processo de fechamento, retorno e consolidação automática dos registros.	Tornar o Processo Legislativo mais ágil e mais seguro no que se refere ao acesso aos dados pelas bancadas e à consistência dos dados.	Não previsto	Não previsto	2º Semestre de 2018	4. Qualidade das Leis OE2
Sistema de Gerenciamento de Proposições nas Comissões	Desenvolvimento de solução tecnológica para controle de proposições no âmbito das comissões, contemplando análises de pareceres, pedidos de pauta e relatoria, distribuição de relatorias, verificação de presença, inserção de protocolo, além de possibilitar a pesquisa de matérias correlatas e a gestão de inversão de itens da pauta.	Controle, agilidade, confiabilidade, disponibilidade, auxílio no processo de decisão do Presidente.	Não previsto	Não previsto	2º Semestre de 2018	4. Qualidade das Leis OE5
Sistema para interligação entre o Termo de Referência Eletrônico e o Sistema de Gestão Orçamentária	Integração entre o Termo de Referência do Sistema de Gestão de Materiais e Serviços com a respectiva previsão orçamentária constante no Sistema de Gestão Orçamentária.	Aprimoramento do processo de planejamento em relação aos recursos orçamentários; Eliminação de procedimentos burocráticos.	Não previsto	Não previsto	2º Semestre de 2018	7. Gestão OE8
Aperfeiçoamento da Enquete	Aperfeiçoamento da enquete do portal corporativo em atendimento aos requisitos de segurança da informação.	Aumento da participação social nos temas em discussão na Casa; Aumento do número de visitas ao Portal Institucional, situação que pode ser aproveitada para apresentar outros conteúdos (preferencialmente relacionados ao tema) ao usuário, possibilitando aumentar o conhecimento sobre o tema; Apresentação aos parlamentares do que pensam as pessoas de seu estado sobre o tema, possibilitando	Não previsto	Não previsto	-	3. Interação OE1

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido até dez./2017	Prazo de conclusão	Alinhamento PEI e PETI
		fortalecer a democracia representativa e dar informações para estratégias do parlamentar; Aprimoramento da imagem da Casa como órgão legislativo e de representatividade. Se bem divulgada, a enquete terá potencial para melhorar a imagem da Casa perante a sociedade. Isso será verdade à medida que a sociedade identificar que sua participação gerou impacto nos resultados da Câmara (ex.: uma votação da sociedade gerar uma audiência pública sobre o tema ou mesmo mudar a posição de parlamentares em uma votação).				
Aprimoramento da Plataforma de Virtualização - Ferramentas	Contratação de suporte de atualização da plataforma de virtualização, assim como a necessidade de agregação de ferramentas apropriadas de gestão, segurança, disponibilização de novos serviços, etc.	Além de manter a disponibilidade do ambiente, a intenção é possibilitar maior autonomia e agilidade na entrega de servidores virtuais, melhorando a gestão e os recursos de segurança da plataforma.	R\$2.218.129,36	R\$0,00	2º Semestre de 2018	7. Gestão OE8
Desafio.leg.br	Portal no qual a Câmara dos Deputados convida a sociedade para participar da resolução de problemas do legislativo através de desafios. Nesse modelo, os participantes – membros da sociedade independentemente de <i>expertise</i> , experiência ou credenciais – buscam proativamente usar a tecnologia da informação para criar instrumentos de aproximação com a sociedade, e ao mesmo tempo promover a modernização do ambiente legislativo com a captação de ideias inovadoras, o que possibilitará o acesso a um leque de talentos e conhecimentos altamente abrangente e diverso.	Promoção de inovação no governo e participação popular na resolução de problemas da Administração Pública; Fortalecimento da democracia no processo de busca de soluções; Maior transparência na gestão da Câmara dos Deputados; Estreitamento do relacionamento com o cidadão; Maior número de potenciais solucionadores de problemas comparando com as formas tradicionais de aquisição de soluções; Possibilidade de alcançar mais soluções para o mesmo problema em comparação com as formas tradicionais de resolução de problemas; Forma poderosa de auferir conhecimento em novas disciplinas e comunidades; Fomento à inovação e à incorporação de novas ideias pelo poder público; <i>Networking</i> com comunidades das áreas técnica, acadêmica e cultural; Só há pagamento se a solução estiver a contento; Aprimoramento da eficiência administrativa e da utilização dos recursos.	R\$50.000,00	R\$25.000,00	1º Semestre de 2018	3. Interação OE1
Evolução do Processo de Gestão de Riscos de TIC	Aprimoramento do processo de gestão de riscos relacionados à TIC a partir da concepção e implantação de nova metodologia para sua identificação, avaliação, classificação, priorização e tratamento, da definição de papéis e responsabilidade sobre seu acompanhamento e da elaboração de indicadores estratégicos sobre o processo.	Aprimoramento da qualidade na identificação dos riscos; Possibilidade de priorização dos riscos para definição dos tratamentos adequados; Maior efetividade na prevenção de riscos relacionados à TIC.	Não previsto	Não previsto	2º Semestre de 2018	7. Gestão OE4
Implantação de gestão de capacidade	Prover a gestão da capacidade dos ativos de TIC de modo que esteja adequada às necessidades atuais e futuras da instituição, a custo aceitável.	Aumento do grau de maturidade no que tange ao gerenciamento do ciclo de vida dos ativos de TIC; Implantação de processos e boas práticas de	Não previsto	Não previsto	2º Semestre de 2018	7. Gestão OE8

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido até dez./2017	Prazo de conclusão	Alinhamento PEI e PETI
		gerenciamento de ativos de TIC; Gerenciamento e controle dos componentes de TIC (<i>hardware</i> e <i>software</i>) que sustentam os serviços de TIC; Atendimento tempestivo das demandas de TIC; Redução de riscos; Planejamento e otimização de aquisições, com base nos requerimentos e prioridades de negócio; Aprimoramento dos processos de gerenciamento de capacidade e de monitoramento da infraestrutura de TIC.				
Mapa corporativo de papéis e responsabilidades sobre serviços de TIC e informação	Elaborar e implantar normatização, processo e sistema para gerir papéis e responsabilidades sobre serviços de TIC e informação.	Aprimoramento dos processos de provimento de soluções de TIC; Clareza para os gestores, colaboradores e unidades administrativas acerca das responsabilidades que lhes são atribuídas em relação a serviços, sistemas e informações.	Não previsto	Não previsto	1º Semestre de 2018	7. Gestão OE4
Modernização do sistema de imagens do Plenário Ulysses Guimarães	Modernização do sistema de imagens do Plenário Ulysses Guimarães com uso de tecnologia da informação.	Simplicidade e flexibilidade para evoluções e rapidez em solução de problemas.	R\$38.444,26	R\$36.961,63	1º Semestre de 2018	4. Qualidade das Leis OE2
Sistema de reconhecimento de orador pela voz	Solução para identificação do Parlamentar que fala ao microfone por meio do reconhecimento de sua voz.	O Operador do Sistema Eletrônico de Votação teria, com precisão e no tempo exato, o nome do Parlamentar que está falando. Assim, indefinições, atrasos e falhas de identificação seriam eliminados ou muito minimizados.	Não previsto	Não previsto	2º Semestre de 2018	7. Gestão OE
Mapa corporativo de papéis e responsabilidades sobre serviços de TIC e informação	Elaborar e implantar normatização, processo e sistema para gerir papéis e responsabilidades sobre serviços de TIC e informação.	Aprimoramento dos processos de provimento de soluções de TIC; Clareza para os gestores, colaboradores e unidades administrativas acerca das responsabilidades que lhes são atribuídas em relação a serviços, sistemas e informações.	Não previsto	Não previsto	1º Semestre de 2018	7. Gestão OE4

Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Quadro A5 – Principais sistemas de TIC da Câmara dos Deputados

Nome do serviço	Descrição	Área gestora
 CÂMARA DOS DEPUTADOS Portal da Câmara dos Deputados	Portal Institucional da Câmara dos Deputados disponível na internet que reúne dados, informações, conteúdos e serviços com a finalidade de divulgar as atividades legislativas, administrativas, educacionais e culturais da Câmara dos Deputados; promover a transparência e a prestação de contas à sociedade e oferecer mecanismos de manifestação e participação do cidadão por meio de plataformas multilaterais de interação.	Comitê Gestor do Portal
 e-Democracia Portal e-Democracia	O e-Democracia é um espaço público, virtual e interativo, que tem como objetivo promover a participação colaborativa de cidadãos no processo de elaboração de leis de interesse nacional. Ele é composto por comunidades virtuais temáticas, com acesso restrito aos seus integrantes; e pelo Espaço Cidadão, onde a participação é livre para todos que tiverem interesse de opinar sobre proposições em discussão na Câmara dos Deputados.	Diretoria-Geral/Laboratório Hacker
 Infoleg Aplicativo de Informações Legislativas	Aplicativo para dispositivos móveis com informações das atividades legislativas da Câmara dos Deputados.	Departamento de Comissões
 DADOS ABERTOS Portal de Dados Abertos	O Portal de Dados Abertos fornece dados sobre as atividades parlamentares da Casa a qualquer cidadão que possa se conectar à internet. Esse acesso livre à informação permite que os cidadãos possam fiscalizar, monitorar, conhecer e discutir os gastos, as ações e as decisões das entidades.	Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.
 Fale Conosco	O portal Fale Conosco é um canal que permite o cidadão interagir com a Câmara dos Deputados. Por meio do portal o cidadão pode solicitar informação à Câmara dos Deputados, enviar mensagem ao seu Deputado ou a uma Comissão, sugerir um projeto de lei para Banco de Ideias, manifestar seu posicionamento quanto a fatos políticos ou legislativos, elogiar ou sugerir aprimoramentos para os serviços da Câmara, reclamar sobre mau funcionamento de atividades da Câmara e denunciar ilegalidade ou abuso de poder na atuação da Câmara.	Centro de Documentação e Informação
 Acompanhamento de proposições	O Serviço de Acompanhamento de Proposições permite pesquisas na base de proposições da Câmara, com acesso a detalhes e ao inteiro teor para as proposições que já tenham disponíveis. Nele é possível escolher o tipo de proposição, o número, o ano ou o autor, bem como decidir se quer acompanhar proposições que ainda estejam em tramitação ou não.	Secretaria-Geral da Mesa
 Boletins Eletrônicos	A Câmara oferece o serviço de boletim eletrônico, enviado por e-mail, com informações atualizadas sobre a atuação dos deputados, proposições, notícias. Também é possível receber a programação da TV Câmara e da Rádio Câmara .	Secretaria de Comunicação
 Plenarinho o jeito criança de ser cidadão Plenarinho	O Plenarinho é um programa de relacionamento da Câmara dos Deputados com a comunidade, de caráter educativo, voltado para o universo infantil: crianças de 7 a 14 anos, pais e professores. O programa ancora-se no portal na internet - www.plenarinho.leg.br – e inclui as ações Câmara Mirim e Eleitor Mirim, bem como a produção e distribuição de material impresso. Seu slogan é: “O jeito criança de ser cidadão ”. Por meio de uma linguagem acessível e lúdica, o Portal Plenarinho informa sobre o Poder Legislativo – elaboração de leis e atuação parlamentar -, política, democracia e organização do Estado . Outros temas sociais e educativos relacionados ao cotidiano infantil também são abordados, como saúde, meio ambiente, educação e lazer.	Secretaria de Comunicação

Nome do serviço	Descrição	Área gestora
<p>Câmara dos Deputados Siele (Sistema de Informações Eleitorais) - Visão Geral Sistema de Informações Eleitorais - Siele</p>	<p>O Sistema de informações eleitorais visa facilitar a análise de dados relativos às eleições gerais e municipais. Permite levantar informações de candidatos em relação a local de candidaturas, partidos e desempenho nas urnas. Também é possível pesquisar dados sobre prestação de contas das campanhas, com opções de filtros. Para as eleições municipais, há dados sobre municípios, capitais e faixa populacional. Para entrar no sistema, navegue no Portal Institucional: Deputados/Conheça os Deputados/Informações Eleitorais/Siele.</p>	<p>Consultoria Legislativa</p>
<p>Orçamento da União Portal Orçamento Brasil</p>	<p>O portal Orçamento Brasil permite ao cidadão a consulta dos recursos públicos da União liberados para todo o país, seja por transferências voluntárias ou constitucionais. Possui relatórios com enfoques diversos, incluindo repasses a estados, municípios e entidades privadas, repasses via convênios e também aqueles relacionados a emendas parlamentares.</p>	<p>Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira</p>
<p>Controle Cidadão Controle cidadão</p>	<p>A página da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar foi reformulada para cumprir o que está previsto na Lei de Acesso à Informação, permitindo uma pesquisa mais completa dos gastos dos deputados com a Cota. Agora será possível pesquisar vários deputados ao mesmo tempo, por um período de tempo ampliado, e escolher um ou mais tipos de despesa. Os resultados podem ser agrupados por mês, deputado, partido, unidade da Federação e até pelo CNPJ das empresas que prestaram serviços aos parlamentares. Estão disponíveis 22 tipos diferentes de busca, a fim de viabilizar o controle cidadão das despesas dos representantes do povo na Câmara.</p>	<p>Departamento de Finanças</p>
<p> Twitter da Câmara dos Deputados</p>	<p>Perfil oficial da Câmara dos Deputados no <i>Twitter</i>, com notícias sobre votações e debates</p>	<p>Secretaria de Comunicação e Assessoria de Projetos e Gestão</p>
<p> Facebook da Câmara dos Deputados</p>	<p>Página oficial da Câmara no <i>Facebook</i>, mantida com o objetivo de ampliar a divulgação de suas atividades e promover a participação social no debate legislativo.</p>	<p>Secretaria de Comunicação e Assessoria de Projetos e Gestão</p>
<p> Canal YouTube</p>	<p>Canal da Câmara dos Deputados no <i>YouTube</i>. Permite assistir ao vivo, sem cortes e sem edição, aos debates, às audiências públicas nas Comissões e às votações no Plenário da Casa. Convida o cidadão a ficar por dentro do processo legislativo e acompanhar a discussão de temas que influenciam o seu dia a dia, como saúde, educação, meio ambiente, direitos humanos, política e economia.</p>	<p>Secretaria de Comunicação</p>

Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação

Quadro A6 – Principais processos de gerenciamento de serviços de TIC

Processo	Descrição	Normativos associados	Referência	Ferramentas utilizadas
Gerenciar Catálogo de Serviços	Compreende as políticas que regulam a manutenção de um catálogo de serviços que tenha informações consistentes, atualizadas e disponíveis para os consumidores de serviços de TIC da Câmara dos Deputados.	- Instrução n. 3, de 27/1/2015 - Institui processo organizacional para gerenciamento do catálogo de serviços de Tecnologia da Informação no domínio das atribuições e responsabilidades da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação da Câmara dos Deputados; - Ordem de Serviço n° 10, de 4/9/2015 - Designa o gerente do processo de gerenciamento do catálogo de serviço de tecnologia da informação e comunicação da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação (Ditec).	Gerenciamento do Catálogo de Serviços (ITILv3), ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2011.	Portal da intranet da Câmara dos Deputados e OTRS
Gerenciar níveis de serviço	Processo responsável por estabelecer os níveis de serviço de TIC e por garantir que os mesmos sejam alcançados por meio de um ciclo contínuo de identificação da necessidade, acordos, monitoração, revisão em períodos regulares e execução de aprimoramentos. Visa desenvolver relacionamento próximo com a área de negócio para garantir que a expectativa seja compreendida e o serviço monitorado e avaliado periodicamente para que seja entregue de forma adequada e atenda às necessidades.	Em fase de normatização	Gerenciamento do Nível de Serviços (ITILv3), ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2011.	OTRS
Gerenciar Implantação	Define procedimentos para gerenciar as implantações a fim de prover um ambiente estável, minimizando os impactos nos serviços providos pela Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação. Além disso, fornece suporte a outros processos da ITIL por meio de informação sobre a infraestrutura de TI montada a partir do banco de dados de Itens de Configuração, o Banco de dados de gerenciamento de configuração - BDGC.	- Instrução n° 2, de 13/1/2015 - Institui processo organizacional para gerenciamento da liberação e configuração de ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito das atribuições e responsabilidades da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação da Câmara dos Deputados; - Ordem de Serviço n° 1, de 7/10/2016 - Designa o gerente do processo gerenciar implantação de TIC.	Gerenciamento de Liberação e Distribuição e Gerenciamento de Configuração e Ativos (ITILv3), ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2011.	OTRS
Gerenciar Incidentes	Define procedimentos de restabelecer a operação normal do serviço (de acordo com níveis de serviço pré-estabelecidos) o mais rápido possível e minimizar o impacto nas operações das áreas de negócio.	- Instrução n. 1, de 21/5/2012 - Institui processo organizacional para gerenciamento de incidentes de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação no domínio das atribuições e responsabilidades da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação; - Ordem de Serviço n. 5, de 31/3/2014 - Designa o gerente do processo de gerenciamento de incidentes de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.	Gerenciamento de Incidentes (ITILv3), ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2011.	OTRS
Gerenciar Demandas	Visa entender, antecipar e influenciar as demandas de serviços de TIC originadas	- Instrução n° 1, de 13/1/2015 - Institui processo organizacional para gerenciamento de demandas de Tecnologia da Informação no domínio das	Gerenciamento de Demanda (ITILv3),	eDoc (sistema de gerenciamento eletrônico)

Processo	Descrição	Normativos associados	Referência	Ferramentas utilizadas
	pelos clientes.	atribuições e responsabilidades da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação da Câmara dos Deputados; - Ordem de Serviço n. 2, de 13/1/2015 - Designa o gerente do processo de gerenciamento de demandas de Tecnologia da Informação.	ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2011.	de documentos)
Gerir Projetos	Define procedimentos e boas práticas que visam assegurar que os projetos entreguem os resultados esperados dentro do prazo, escopo e custos planejados.	- Instrução n. 2, de 8/4/2014 - Institui o Processo de Gestão de Projetos aplicado à Ditec (PGP-Cenin) como processo organizacional de gerenciamento de projetos a ser adotado nas demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação a serem tratadas como projetos no domínio das atribuições e responsabilidades da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação; - Ordem de Serviço n. 8, de 8/4/2014 - Designa o gerente do Processo de Gestão de Projetos aplicado à Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação (PGP-Cenin).	PMBOK 5ª Edição.	Microsoft Office Project Professional. Ambiente Corporativo de Projetos (EPM)
Desenvolver Sistemas de TIC (Siga-me)	Institui procedimentos para construção e manutenção de sistemas no âmbito da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação, utilizando princípios de técnicas ágeis.	- Instrução da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação n° 1, de 5/2/2013 - Institui o processo Siga-me como processo organizacional de engenharia de sistema e de <i>software</i> a ser adotado nos projetos de desenvolvimento e de manutenção de soluções e produtos de <i>software</i> no domínio das atribuições e responsabilidades da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação; - Ordem de Serviço n. 7, de 28/7/2015 - Designa o gerente do processo Siga-me.		Sonar, Jenkins, Redmine, Wiki
Fiscalizar Contratos de TIC (Fiscon)	Institui procedimentos para acompanhamento e fiscalização de contratos de TI.	- Instrução n. 3, de 8/11/2012 - Institui o processo Fiscon como processo organizacional para acompanhamento e fiscalização de contratos administrativos no domínio das atribuições e responsabilidades da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação; - Ordem de Serviço n. 6, de 31/3/2014 - Designa o gerente do processo organizacional para acompanhamento e fiscalização de contratos administrativos do domínio da Tecnologia da Informação e Comunicação - Fiscon.		Sistema Integrado de Gestão de Material e Serviço - Sigmas (sistema desenvolvido internamente)
Gerir Orçamento	Institui procedimentos para gestão orçamentária de TIC.	Em fase de normatização.		Sistema Integrado de Gestão de Material e Serviço - Sigmas e Sistema de Gestão Orçamentária - Siorc.
Gerir Riscos	Estabelece procedimentos para identificação e tratamento de riscos associados à gestão de TIC.	Em fase de normatização	Norma ISO 31000:2009 - Risk Management - Principles and Guidelines.	
Prover Solução de TI	Estabelece procedimentos para provimento de soluções de TIC, envolvendo desenvolvimento e/ou aquisição	Em fase de normatização	Processo COBIT 5 BAI03 - Gerenciar identificação e desenvolvimento de soluções.	

Fonte: Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação.

Quadro A7 – Julgamento de contas anual do exercício de 2013

Caracterização da Determinação do TCU				
Processo TC	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da ciência
017.607/2014-0	696/2017 - TCU – Primeira Câmara	9.3 (9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4, 9.3.5)	Acórdão 696/2017-TCU-1ªC	2/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Câmara dos Deputados				
Descrição da Determinação				
<p>“VISTOS, relatados e discutidos o recurso de reconsideração interposto nos presentes autos de prestação de contas do exercício de 2013 da Câmara dos Deputados, apreciada por meio do Acórdão 5589/2015-TCU-1ª Câmara, que julgou regulares e regulares com ressalva as contas dos responsáveis, com determinações.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos artigos. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os artigos. 1º, inciso I; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em:</p> <p>9.1. conhecer do recurso interposto pela Câmara dos Deputados para, no mérito, dar-lhe provimento;</p> <p>9.2. com fundamento nos artigos. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os artigos. 1º, inciso I; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, julgar regulares as contas de Carlos Eduardo Torres Gomes, CPF-313.402.611-20; Márcio Miguel Bittar, CPF-237.963.321-53; Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, CPF- 358.677.601-20; Fábio Chaves Holanda, CPF-170.479.943-00; Cassia Regina Ossipe Martins Botelho, CPF-385.325.731-34, dando-lhes quitação plena;</p> <p>9.3. recomendar à Câmara dos Deputados, em substituição às determinações contidas nas alíneas “c.3” a “c.7” do item 1.7.1 do acórdão recorrido, que:</p> <p>9.3.1. promova melhorias no processo de diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los;</p> <p>9.3.2. promova melhoria na definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão;</p> <p>9.3.3. promova melhorias no nível de avaliação de riscos de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo;</p> <p>9.3.4. promova melhoria na mensuração e classificação dos riscos identificados, de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão; e</p> <p>9.3.5. adote ou promova melhorias no registro de histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade;</p> <p>9.4. comunicar o teor deste acórdão, juntamente com o parecer técnico (peças 28), à recorrente e aos responsáveis.”</p> <p><u>TC 017.607/2014-0 - Acórdão n. 5.589/2015-TCU-1ª Câmara – PRESTACÃO DE CONTAS DE 2013</u></p> <p>“Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, que sejam julgadas regulares as contas dos Srs. Henrique Eduardo Lyra Alves, CPF-130.470.197-20; Marco Aurélio Spall Maia, CPF- 475.008.670-34; André Luiz Vargas Ilário, CPF-497.509.509-25; Rosilda de Freitas, CPF- 379.675.177-68; Eduardo Henrique da Fonte de Albuquerque Silva, CPF-534.671.084-15; Fábio Salustino Mesquita de Faria, CPF-021.287.284-28; Jorge Tadeu Mudalen, CPF-956.632.238-00; Simão Sessim, CPF-034.410.677-20; Inocêncio Gomes de Oliveira, CPF-001.776.014-34; Maurício Quintella Malta Lessa, CPF-803.556.334-34; Júlio César Delgado, CPF-819.933.586-68; Antônio Carlos Biffi, CPF-797.963.468-34; Geraldo Resende Pereira, CPF-128.969.181-91; Luiz Gonzaga Patriota, CPF-019.609.704-93; Carlos Humberto Mannato, CPF-574.807.887-20; Wolney Queiroz Maciel, CPF-749.899.104-78; Carlos Eduardo Cintra da Costa Pereira, CPF-002.306.854-04; Vitor Penido de Barros, CPF-010.754.386-91; Sérgio Ivan Moraes, CPF-205.042.250-49; Hidekazu Takayama, CPF-524.993.838-87; Rogerio Ventura Teixeira, CPF-292.707.311-20, dando-lhes quitação plena e, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, que sejam julgadas regulares com ressalva as contas dos responsáveis Srs Carlos Eduardo Torres Gomes, CPF-313.402.611-20; Márcio Miguel Bittar, CPF-237.963.321-53; Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, CPF-358.677.601-20; Fábio Chaves Holanda, CPF-170.479.943-00; Cassia Regina Ossipe Martins Botelho, CPF-385.325.731-34, dando-lhes quitação.</p> <p>(...)</p> <p>1.7.1. Determinar à Câmara dos Deputados com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que, se ainda não o fez:</p> <p>c.1) adote nos processos de governança corporativa, gestão estratégica e gerência de projetos metas explícitas e específicas e indicadores que permitam avaliação objetiva do desempenho da gestão;</p> <p>c.2) promova a integração efetiva entre a gestão de projetos e a gestão de processos, de modo a que a clara identificação de processos estratégicos permita a devida alocação de esforços para a consecução dos objetivos organizacionais, além de permitir que os projetos, ao serem executados, gerem os impactos esperados;</p> <p>c.3) promova melhorias no processo de diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los;</p>				

- c.4) promova melhoria na definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão;
- c.5) promova melhorias no nível de avaliação de riscos de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo;
- c.6) promova melhoria na mensuração e classificação dos riscos identificados, de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão; e
- c.7) adote ou promova melhorias no registro de histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade”.

Medidas Adotadas

Em continuidade às medidas já adotadas, informa-se que a elaboração de uma Metodologia de Gestão de Riscos para a Casa tornou-se projeto corporativo, ou seja, um projeto de elevada prioridade para a Câmara dos Deputados. Desde então, os avanços produzidos no âmbito do projeto foram:

- 1) Teste piloto da metodologia, em trabalho conjunto entre Assessoria de Projetos e Gestão (Aproge) e Departamento Técnico (Detec), para gestão dos riscos relacionados ao fornecimento de energia elétrica e iluminação para as sessões plenárias e reuniões de comissões;
- 2) Teste piloto da metodologia pela Central de Compras da Câmara dos Deputados, consistindo na avaliação de riscos inerentes aos processos de compras, contratações e prorrogações contratuais;
- 3) Realização de evento para sensibilização de gestores, orientando-os a preparar suas equipes para a capacitação e a implantação da Política de Gestão de Riscos.
- 4) Realização da primeira ação do Programa de Educação Continuada (PEC) Gestão de Riscos, entre os dias 19 e 26 de outubro de 2017, com 15 servidores capacitados;
- 5) Apreciação, pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE), da minuta de ato da Mesa instituindo a Política de Gestão Corporativa de Riscos na Câmara dos Deputados, com os objetivos de:
 - I – implantar modelo corporativo de gestão de riscos;
 - II – implementar governança para a manutenção e o contínuo aperfeiçoamento do modelo corporativo de gestão de riscos;
 - III – identificar, avaliar, tratar e monitorar de modo adequado os riscos a que a Câmara dos Deputados está exposta;
 - IV – auxiliar os gestores de riscos, das diversas instâncias, no processo de tomada de decisões;

Os avanços enumerados acima lançam as bases para a solução das recomendações 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3 e 9.3.4.

Em resumo, a Câmara dos Deputados fez testes de metodologia, capacitou servidores, sensibilizou gestores e elaborou uma proposta de política de Gestão de Riscos Corporativos, um projeto estratégico de elevada prioridade. Ganhos de escala nessas frentes de trabalho virão ao encontro do completo atendimento das recomendações do Acórdão nº 696/2017-TCU-1ª Câmara.

Quanto ao item 9.3.5, “adote ou promova melhorias no registro histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade”, a Câmara dos Deputados tomou a iniciativa de investir em documentação eletrônica, com vistas à redução do consumo de papel, maior celeridade dos processos e prevenção de fraudes. Dois projetos corporativos buscam alcançar esse objetivo.

O primeiro deles é o projeto de implantação de um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos integrado com uma suíte de *Enterprise Content Management* (ECM), que na Câmara dos Deputados ficou popularmente conhecido por eDoc.

O novo sistema visa garantir a preservação, confiabilidade, autenticidade e acessibilidade dos documentos, assegurando que estejam em conformidade com a legislação arquivística. Os processos em papel estão sendo gradualmente substituídos por processos exclusivamente digitais. Por determinação da Diretoria-Geral, desde 20/09/2017, todo documento criado na Casa deve ser inteiramente eletrônico.

O segundo projeto corporativo que busca prevenir adulterações em documentos, complementar ao eDoc, é a implantação do Serviço de Preservação Digital. O novo projeto está alinhado com a Lei de Acesso à Informação, com a Política de Preservação Digital (Ato da Mesa nº 48, de 2012), com a Política de Segurança da Informação da Câmara dos Deputados (Ato da Mesa nº 47, de 2012), e com a Política de Gestão de Conteúdos Informativos (Ato da Mesa nº 46, de 2012).

Este serviço busca responder a riscos de obsolescência dos equipamentos, deterioração dos suportes, descontinuação de sistemas e bases de dados e descontinuação de determinado formato de arquivo. Esses riscos, se concretizados, poderiam tornar irrecuperáveis as informações contidas em documentos eletrônicos. Portanto, fazendo cumprir o Ato da Mesa nº 48, de 2012, o projeto visa criar um Repositório de Preservação Digital, que será o local adequado para armazenamento do Documento Digital Consolidado (DDC). O DDC é definido como “documento digital que é produzido a partir de sistemas informatizados, numa forma independente desses sistemas e adequada para apresentação e acesso humano, cuja informação é independentemente compreensível”. Com isto, preserva-se a integridade, a autenticidade e o acesso às informações digitais no longo prazo, em conformidade com padrões de preservação digital.

Síntese dos resultados obtidos:

- Metodologia de Gestão de Riscos que englobou o teste piloto na Assessoria de Projetos e Gestão e no Departamento Técnico, realização de evento de sensibilização para gestores, realização de treinamento.
- Implantação do eDoc e projeto do Serviço de Preservação Digital.

Demonstrações Contábeis

1. Balanço patrimonial

Exercício: 2017

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante		941.467.488	1.031.611.765
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	925.737.568	1.016.028.989
Créditos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	8.519.550	7.007.135
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques	3	6.887.160	8.201.656
VPDs Pagas Antecipadamente		323.210	373.985
Ativo Não Circulante		1.152.918.755	1.150.419.284
Ativo Realizável a Longo Prazo		16.667.303	16.232.580
Créditos a Longo Prazo	4	728.052	728.052
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		6.555.157	6.555.157
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		(5.827.105)	(5.827.105)
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	5	15.939.251	15.504.528
Investimentos		-	-
Imobilizado		1.122.385.684	1.115.750.193
Bens Móveis		145.550.773	148.305.315
Bens Móveis	6, 14	214.294.448	228.516.350
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(68.743.675)	(80.211.036)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis		976.834.911	967.444.879
Bens Imóveis	6	981.284.148	969.070.793
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(4.449.237)	(1.625.915)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
Intangível		13.865.767	18.436.511
Softwares		13.865.767	18.436.511
Softwares	7	35.148.174	34.458.864
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(21.282.407)	(16.022.354)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
Diferido		-	-
Total do Ativo		2.094.386.243	2.182.031.048

Balço patrimonial

Exercício: 2017

(continuação da página anterior)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Passivo Circulante		20.665.345	15.699.419
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	8	11.632.699	5.575.598
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		28.075	27.829
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	9	9.004.571	10.095.992
Passivo Não Circulante		6.127	6.127
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. a Longo Prazo		6.127	6.127
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
Resultado Diferido		-	-
Total do Passivo Exigível		20.671.472	15.705.546
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		-	-
Resultados Acumulados		2.073.714.771	2.166.325.503
Resultado do Exercício		(86.088.231)	218.899.372
Resultados de Exercícios Anteriores		2.166.325.502	1.820.145.907
Ajustes de Exercícios Anteriores	2, 10	(6.522.500)	127.280.224
(-) Ações/Cotas em Tesouraria		-	-
Total do Patrimônio Líquido		2.073.714.771	2.166.325.503
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.094.386.243	2.182.031.048

Fonte: Siafi.

Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes

(Lei n. 4.320, de 1964)

Exercício: 2017

R\$ (valores arredondados)

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	2017	2016	Especificação	2017	2016
Ativo Financeiro	925.741.163	1.016.108.399	Passivo Financeiro	91.916.873	75.499.517
Ativo Permanente	1.168.645.080	1.165.922.650	Passivo Permanente	10.152.869	4.090.741
			Saldo Patrimonial	1.992.316.500	2.102.440.791

Fonte: Siafi.

Quadro das contas de compensação

(Lei n. 4.320, de 1964)

Exercício: 2017

R\$ (valores arredondados)

Especificação	Nota Explicativa	2017	2016
Atos Potenciais Ativos			
Execução dos Atos Potenciais Ativos		50.821.252	48.627.614
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	11	49.531.763	46.928.398
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		-	-
Direitos Contratuais a Executar		1.289.489	1.699.216
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-
Total dos Atos Potenciais Ativos		50.821.252	48.627.614
Atos Potenciais Passivos			
Execução dos Atos Potenciais Passivos		1.314.568.856	743.424.304
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar		13.280	107.538
Obrigações Contratuais a Executar	12	1.314.555.576	743.316.766
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-
Total dos Atos Potenciais Passivos		1.314.568.856	743.424.304

Fonte: Siafi.

Quadro do superávit/déficit financeiro

(Lei n. 4.320, de 1964)

Exercício: 2017

R\$ (valores arredondados)

Destinação de Recursos	Nota Explicativa	Superávit/Déficit Financeiro
Recursos Ordinários		222.053.755
Recursos Vinculados		611.770.535
Operação de Crédito		1.000.000
Alienação de Bens e Direitos		600.657
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		610.169.878
TOTAL		833.824.290

Fonte: Siafi.

2. Demonstração das variações patrimoniais

Exercício: 2017

R\$ (valores arredondados)

Especificação	Nota Explicativa	2017	2016	AV
Variações Patrimoniais Aumentativas		5.505.150.145	5.683.395.060	100%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			-	-
Contribuições			-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		158.174.130	2.542.575	2,87%
Venda de Mercadorias		237.172	58.834	0,00%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		157.936.958	2.483.741	2,87%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		59.308.844	66.226.878	1,08%
Juros e Encargos de Mora		709.593	1.929.754	0,01%
Variações Monetárias e Cambiais		132.458	46.272	0,00%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1	58.466.793	64.250.852	1,06%
Transferências e Delegações Recebidas	13	5.248.631.111	5.268.261.566	95,34%
Transferências Intragovernamentais		5.247.132.071	5.263.925.405	95,31%
Outras Transferências e Delegações Recebidas		1.499.040	4.336.161	0,03%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		27.470.434	333.023.958	0,50%
Reavaliação de Ativos	6, 14	21.759.010	195.028.872	0,40%
Ganhos com Alienação		54.620	546.036	0,00%
Ganhos com Incorporação de Ativos		5.568.557	2.404.967	0,10%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	15	88.247	135.044.083	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		11.565.626	13.340.082	0,21%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		3.315.271	4.680.811	0,06%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		8.250.355	8.659.271	0,15%
Variações Patrimoniais Diminutivas		5.591.238.377	5.464.495.688	100%
Pessoal e Encargos		3.045.413.072	2.964.121.037	54,47%
Remuneração a Pessoal	16	2.329.682.749	2.276.246.835	41,67%
Encargos Patronais	16	446.946.103	432.127.668	7,99%
Benefícios a Pessoal		243.670.579	232.523.116	4,36%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		25.113.641	23.223.418	0,45%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17	1.679.512.193	1.585.575.300	30,04%
Aposentadorias e Reformas		1.334.441.061	1.253.745.622	23,87%
Pensões		343.464.319	330.574.271	6,14%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.606.813	1.255.407	0,03%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		504.052.795	558.895.773	9,02%
Uso de Material de Consumo		13.406.854	10.711.295	0,24%
Serviços	18	450.685.075	517.842.034	8,06%
Depreciação, Amortização e Exaustão	6, 7	39.960.866	30.342.444	0,71%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		183.322	208.903	0,00%
Juros e Encargos de Mora		162.404	208.524	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais		356	379	0,00%
Aportes ao Banco Central		20.562	-	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	19	105.097.550	82.299.110	1,88%
Transferências Intragovernamentais	1	102.401.915	76.875.955	1,83%
Transferências a Instituições Privadas		14.000	14.000	0,00%
Transferências ao Exterior		941.017	874.766	0,02%
Outras Transferências e Delegações Concedidas		1.740.618	4.534.389	0,03%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		85.133.983	95.179.820	1,52%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas	2, 5, 6, 14	2.245.887	10.501.825	0,04%
Perdas com Alienação		2.081.653	120.538	0,04%
Perdas Involuntárias		29.745	260.439	0,00%
Incorporação de Passivos		245.994	265.222	0,00%
Desincorporação de Ativos	1	80.530.704	84.031.796	1,44%
Tributárias		478.570	548.690	0,01%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		187.563	267.210	0,00%
Contribuições		291.007	281.480	0,01%
Custo - Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		171.366.892	177.667.055	3,06%
Premiações		46.282	6.780	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	20	171.320.610	177.660.275	3,06%
Resultado Patrimonial do Período		(86.088.231)	218.899.372	100%-

Fonte: Sfiati.

3. Balanço orçamentário

Exercício: 2017

R\$ (valores arredondados)

Receitas Orçamentárias	Nota Explicativa	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo
Receitas Correntes	<u>21</u>	75.368.482	75.368.482	144.147.616	68.779.135
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		59.937.887	59.937.887	137.457.866	77.519.979
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		2.842.899	2.842.899	2.225.699	-617.200
Valores Mobiliários	<u>1, 21</u>	57.094.988	57.094.988	58.466.793	1.371.805
Cessão de Direitos	<u>1, 21</u>	-	-	76.765.374	76.765.374
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		8.960.579	8.960.579	313.032	-8.647.547
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		8.960.579	8.960.579	313.032	-8.647.547
Outras Receitas Correntes		6.470.016	6.470.016	6.376.718	-93.298
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		1.430.865	1.430.865	570.498	-860.367
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		5.036.985	5.036.985	5.719.872	682.887
Demais Receitas Correntes		2.166	2.166	86.348	84.182
Receitas de Capital		114.213	114.213	54.620	-59.593
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		114.213	114.213	54.620	-59.593
Alienação de Bens Móveis		114.213	114.213	54.620	-59.593
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		-	-	-	-
Subtotal de Receitas		75.482.695	75.482.695	144.202.236	68.719.542
Refinanciamento		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Sutotal com Refinanciamento		75.482.695	75.482.695	144.202.236	68.719.542
Déficit				5.271.949.519	5.271.949.519
Total		75.482.695	75.482.695	5.416.151.755	5.340.669.060
Detalhamento dos Ajustes na previsão atualizada		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos		-	-	-	-

(continua)

Balço orçamentário

Exercício: 2017

(continuação da página anterior)

R\$ (valores arredondados)

	Nota Explicativa	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes		5.793.498.522	5.795.178.522	5.399.808.526	5.334.493.479	5.334.034.670	395.369.996
Pessoal e Encargos Sociais	22	4.774.265.505	4.763.965.505	4.473.275.745	4.473.275.745	4.473.275.744	290.689.760
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	23	1.019.233.017	1.031.213.017	926.532.781	861.217.735	860.758.926	104.680.236
Despesas de Capital		130.275.701	128.595.701	16.343.230	8.438.057	8.179.271	112.252.471
Investimentos	24	130.275.701	128.595.701	16.343.230	8.438.057	8.179.271	112.252.471
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência		-	-	-	-	-	-
Reserva do RPPS		-	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas		5.923.774.223	5.923.774.223	5.416.151.756	5.342.931.536	5.342.213.941	507.622.467
Amortização da Dívida/Ref		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento		5.923.774.223	5.923.774.223	5.416.151.756	5.342.931.536	5.342.213.941	507.622.467
Total		5.923.774.223	5.923.774.223	5.416.151.756	5.342.931.536	5.342.213.941	507.622.467

Fonte: Siafi.

Quadro da execução de restos a pagar não processados

Exercício: 2017

R\$ (valores arredondados)

Despesas Orçamentárias	Nota Explicativa	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
Despesas Correntes	25	7.032.236	36.447.362	20.187.176	20.165.610	19.163.696	4.150.292
Pessoal e Encargos Sociais		1.821.000	1.550.460	460.780	460.780	1.821.000	1.089.680
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		5.211.236	34.896.902	19.726.396	19.704.830	17.342.696	3.060.612
Despesas de Capital		12.775.025	7.657.919	15.172.959	15.047.472	1.182.829	4.202.642
Investimentos	12.775.025	7.657.919	15.172.959	15.047.472	1.182.829	4.202.642	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	
Total		19.807.260	44.105.281	35.360.135	35.213.082	20.346.525	8.352.934

Fonte: Siafi.

Quadro da execução de restos a pagar processados e não processados liquidados

R\$ (valores arredondados)

Despesas Orçamentárias	Nota Explicativa	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior			
Despesas Correntes	25	1.727.794	2.376.776	2.095.068	88.247	1.921.256
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		1.727.794	2.376.776	2.095.068	88.247	1.921.256
Despesas de Capital		3.126.094	133.142	37.301	-	3.221.935
Investimentos	3.126.094	133.142	37.301	-	3.221.935	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	
Total		4.853.888	2.509.918	2.132.369	88.247	5.143.191

Fonte: Siafi.

4. Balanço financeiro

Exercício: 2017

R\$ (valores arredondados)

Especificação	Nota Explicativa	2017	2016
Ingressos			
Receitas Orçamentárias	21	144.202.237	73.571.675
Ordinárias		74.858.418	396.533
Vinculadas		144.151.582	73.711.668
Alienação de Bens e Direitos		54.620	546.036
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		144.096.962	73.165.632
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(74.807.763)	(536.526)
Transferências Financeiras Recebidas		5.247.132.070	5.263.925.405
Resultantes da Execução Orçamentária		5.247.128.034	5.263.895.903
Cota Recebida	13	5.247.110.544	5.263.850.099
Repasse Recebido		17.490	45.804
Independentes da Execução Orçamentária		4.036	29.502
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		1.215	16.635
Movimentação de Saldos Patrimoniais		2.821	-
Aporte ao RPPS		-	12.867
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		152.773.533	49.995.572
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		717.594	2.405.514
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		73.220.219	44.105.281
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		78.673.083	3.480.879
Outros Recebimentos Extraorçamentários		162.637	3.898
Ordens Bancárias Não Sacadas - Cartão de Pagamento		86.218	3.898
Restituições a Pagar		38	-
Valores para Compensação		76.381	-
Saldo do Exercício Anterior		1.016.028.989	1.078.607.108
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1.016.028.989	1.078.607.108
Total		6.560.136.829	6.466.099.761

(continua)

Balanço financeiro

Exercício: 2017

(continuação da página anterior)

R\$ (valores arredondados)

Especificação	Nota Explicativa	2017	2016
Dispêndios			
Despesas Orçamentárias	22, 23, 24	5.416.151.756	5.251.906.359
Ordinárias		4.777.439.154	4.666.100.230
Vinculadas		638.712.601	585.806.129
Seguridade Social (Exceto RGPS)		623.386.506	553.940.407
Operação de Crédito		8.795.146	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		6.530.949	31.865.722
Transferências Financeiras Concedidas		102.401.915	76.875.955
Resultantes da Execução Orçamentária		27.540.638	76.449.919
Repasse Concedido		387.042	448.021
Cota Devolvida	1, 19	27.153.596	76.001.898
Independentes da Execução Orçamentária		74.861.277	426.036
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		-	16.635
Movimento de Saldos Patrimoniais	1	74.861.277	409.401
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Despesas Extraorçamentárias		115.845.590	121.288.458
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	25	2.132.369	4.417.392
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	25	35.213.082	111.409.355
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		78.499.574	5.390.093
Outros Pagamentos Extraorçamentários		566	71.618
Valores Compensados		-	71.296
Demais Pagamentos		566	322
Saldo para o Exercício Seguinte		925.737.568	1.016.028.989
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	925.737.568	1.016.028.989
Total		6.560.136.829	6.466.099.761

Fonte: Siafi.

5. Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício: 2017

		R\$ (valores arredondados)	
Especificação	Nota	2017	2016
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		(67.081.996)	(2.868.188)
Ingressos		5.470.029.189	5.340.431.923
Receitas Derivadas e Originárias		144.147.617	73.025.638
Receita Patrimonial	1	78.991.073	2.092.619
Receita de Serviços		313.032	75.836
Remuneração das Disponibilidades	1	58.466.793	64.250.852
Outras Receitas Derivadas e Originárias		6.376.718	6.606.331
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		5.325.881.572	5.267.406.285
Ingressos Extraorçamentários		78.673.083	3.480.879
Restituições a Pagar		38	-
Transferências Financeiras Recebidas	13	5.247.132.070	5.263.925.406
Valores para Compensação		76.381	
Desembolsos		(5.537.111.185)	(5.343.300.111)
Pessoal e Demais Despesas		(4.914.187.571)	(4.830.953.899)
Legislativo		(3.236.199.846)	(3.246.551.258)
Previdência Social		(1.678.056.378)	(1.584.406.539)
Educação		(17.490)	-
Encargos Especiais		(74)	-
(+/-) Ordens Bancárias Não Sacadas - Cartão de Pagamento		(86.218)	3.898
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		(442.021.560)	(430.008.546)
Intragovernamentais		(441.084.260)	(429.134.477)
Outras Transferências Concedidas		(97.300)	(874.069)
Outros Desembolsos das Operações		(180.902.054)	(82.337.666)
Dispêndios Extraorçamentários		(78.499.574)	(5.390.093)
Transferências Financeiras Concedidas	1	(102.401.915)	(76.875.955)
Valores Compensados		-	(71.296)
Demais Pagamentos		(566)	(322)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		(23.209.424)	(59.709.931)
Ingressos		54.620	546.036
Alienação de Bens		54.620	546.036
Desembolsos		(23.264.044)	(60.255.967)
Aquisição de Ativo Não Circulante		(21.582.632)	(54.788.822)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		(1.681.412)	(5.467.145)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		-	-
Ingressos		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
Desembolsos		-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(90.291.420)	(62.578.119)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	1	1.016.028.989	1.078.607.108
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	1	925.737.568	1.016.028.989

Fonte: Siafi.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1 Base de elaboração das demonstrações contábeis

1.1 Informações Gerais

A Câmara dos Deputados é órgão do Poder Legislativo, inscrito no CNPJ sob o número 00.530.352/0001-59, e está localizada em Brasília-DF, na Praça dos Três Poderes.

As demonstrações contábeis deste relatório foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras (UGs) da Câmara dos Deputados constantes da tabela abaixo.

Tabela 45 – Unidades gestoras consolidadas

Órgão	Unidade gestora
01000 – Câmara dos Deputados	010001 – Câmara dos Deputados
	010100 – CD – Projetos financiados com recursos externos
	010101 – CD – Projetos financiados com recursos externos – Exterior
01901 – Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	010090 – Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados

Fonte: Siafi.

As demonstrações são compostas por: balanço patrimonial (BP), balanço orçamentário (BO), balanço financeiro (BF), demonstração das variações patrimoniais (DVP) e demonstração dos fluxos de caixa (DFC). Essas demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2017, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, abrangem o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

1.2 Base de Elaboração

As demonstrações contábeis da Câmara dos Deputados foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, bem como em consonância com os dispositivos legais que regulam o assunto, a exemplo dos constantes da Lei n. 4.320, de 1964, e da Lei Complementar n. 101, de 2000, e com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis ao setor público.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações consideradas relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

1.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis da Câmara dos Deputados faz-se uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. Os principais julgamentos e estimativas estão relacionados a seguir:

a) No ajuste para riscos de não recebimento de créditos, consideram-se a natureza, o prazo de vencimento e o histórico de sucesso das cobranças administrativas realizadas.

b) O valor histórico dos bens móveis adquiridos até 31/12/2009 foi avaliado a valor justo para se obter uma base monetária confiável, a fim de submetê-los ao processo de depreciação. As comissões de avaliação utilizaram o recurso da pesquisa em vários sítios de venda de mercadorias e também fórmulas de cálculo, em que se consideram a natureza e as particularidades de cada grupo de bens, conforme se observa nos relatórios disponíveis no [portal](#)⁴⁵ da Câmara. A vida útil e o valor residual utilizados foram considerados segundo critérios definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, na macrofunção 02.03.30, conforme tabela abaixo.

Tabela 46 – Tabela de vida útil e valor residual

Conta contábil	Descrição	Vida útil (anos)	Valor residual
12311.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15	10%
12311.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
12311.01.03	Equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15	20%
12311.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
12311.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
12311.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
12311.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
12311.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
12311.01.20	Máquinas e utensílios agropecuários/rodoviários	10	10%
12311.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
12311.01.25	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
12311.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5	10%
12311.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
12311.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
12311.03.03	Mobiliário em geral	10	10%
12311.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	10	0%
12311.04.04	Instrumentos musicais e artísticos	20	10%
12311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
12311.05.01	Veículos em geral	15	10%
12311.05.03	Veículos de tração mecânica	15	10%
12311.09.00	Armamentos	20	15%
12311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%

Fonte: Manual Siafi – Macrofunção 02.03.30.

c) O prazo de vida útil estipulado para os *softwares* é de cinco anos.

d) Não se constitui ajuste para perda de estoques, tendo em vista que, conforme o Departamento de Material e Patrimônio, os tipos de materiais estocados e os controles existentes tornam as perdas, quando ocorrem, insignificantes.

1.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

1.4.1 Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas e avaliadas pelo valor original e são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

⁴⁵ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/gestao-orcamentaria-financeira-e-contabil/contabilidade-da-camara/procedimentos-contabeis-patrimoniais/reavaliacao-de-bens-moveis>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

1.4.2 Créditos e dívidas

Os créditos a receber e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original.

Os créditos a receber são atualizados anualmente com base na variação da taxa Selic. A última atualização ocorreu no final do exercício de 2017. Os créditos são atualizados pela posição do Sicod – Sistema de Cobrança de Débitos.

Os riscos de não recebimento de créditos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual é reduzida ou anulada quando os motivos que a originaram deixam de existir.

A constituição ou baixa por competência dos passivos de 13º salário e do adicional de 1/3 de férias são registradas mensalmente, efetuando-se as compensações dos adiantamentos existentes.

1.4.3 Estoques

Os bens em almoxarifado são avaliados na entrada pelo custo de aquisição ou produção; e na saída, pelo custo médio ponderado. A Câmara dos Deputados possui oito almoxarifados e um estoque de cartuchos para pistolas de eletrochoque, conforme detalhado a seguir.

Tabela 47 – Registros contábeis – almoxarifado

Almoxarifado	Sigla		Conta contábil
Almoxarifado de Material de Consumo I	AMCO I	1.1.5.6.1.08.00	Materiais de expediente
Almoxarifado de Material de Consumo II	AMCO II	1.1.5.6.1.03.00	Materiais de construção
Almoxarifado de Material de Consumo III	AMCO III	1.1.5.6.1.01.00	Materiais de consumo
Almoxarifado de Material de Consumo SIA	AMCO SIA	1.1.5.6.1.08.00	Materiais de expediente
Almoxarifado de Material Médico	AMMED	1.1.5.6.1.06.00	Medicamentos e materiais hospitalares
Almoxarifado de Vestuário e Uniformes	AVEU	1.1.5.6.1.01.00	Materiais de consumo
Almoxarifado de Material de Transportes	ATRAN	1.1.5.6.1.05.00	Autopeças
Almoxarifado de Material Bibliográfico Destinado a Venda	-	1.1.5.1.1.01.01	Mercadorias para venda ou revenda*
Estoque de cartuchos para pistolas de eletrochoque	-	1.1.5.8.1.98.00	Estoques Diversos

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

* Trata-se de livros produzidos pela gráfica desta Casa destinados a venda.

1.4.4 Imobilizado

O imobilizado, composto pelos bens móveis e imóveis, é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, fica sujeito a reavaliação e redução ao valor recuperável, deduzida a respectiva depreciação acumulada.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação com base no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Esse sistema está integrado com o Siafi para efeito de registro contábil das variações patrimoniais relativas aos imóveis.

1.4.5 Intangível

O ativo intangível é formado exclusivamente pelos *software* adquiridos, mensurados com base no valor de aquisição, deduzida a respectiva amortização acumulada.

A amortização é calculada pelo método linear ou de quotas constantes e se dá de acordo com o Manual Siafi, Macrofunção 02.03.30.

1.4.6 Reavaliação

A Câmara dos Deputados realizou os ajustes nos valores dos bens adquiridos antes de 2009, a fim de alcançar uma base monetária confiável. Esse ajuste teve como base, via de regra, o respectivo valor de mercado, respeitando-se as especificações iguais, similares ou aproximadas. Após a adequação da base monetária dos bens móveis, procedeu-se à reavaliação, submetendo-se, inicialmente, os veículos de tração mecânica ao valor de mercado no ano de 2015. No exercício de 2017, foi dado prosseguimento à reavaliação de aparelhos e equipamentos de comunicação, industriais, áudio, vídeo e foto, além de equipamentos de processamento de dados.

A atualização dos valores históricos dos bens imóveis é realizada a cada dois anos, conforme Portaria Conjunta SPU-STN n. 703, de 2014, o que se deu no exercício de 2016, com base no percentual acumulado, de 17,99%, utilizado para correção da pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal, para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), para os exercícios de 2015 e 2016.

2 Plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais

Em 24 de setembro de 2015, foi publicada a Portaria STN n. 548 que aprovou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com a descrição dos procedimentos contábeis patrimoniais e respectivos prazos. No âmbito da Câmara dos Deputados, a implantação desses procedimentos é demonstrada conforme tabela abaixo.

Tabela 48 – Procedimentos contábeis patrimoniais – Câmara dos Deputados

Procedimento	Ações
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	Não se aplica à Câmara dos Deputados.
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	Não se aplica à Câmara dos Deputados.
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Os créditos a receber na Câmara dos Deputados estão devidamente reconhecidos no balanço patrimonial. É constituído ajuste para perdas decorrentes de possível não recebimento integral de tais créditos.
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	Foi publicada em 27/3/2017, a Portaria DG n. 62, de 2017, com objetivo de regulamentar os procedimentos para controle administrativo, reconhecimento e registro contábil de obrigações no âmbito da Câmara dos Deputados.
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Procedimentos implantados.
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.

Procedimento	Ações
patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	As obrigações por competência da Câmara dos Deputados já vêm sendo reconhecidas, mensuradas e evidenciadas.
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	Foi publicada, a Portaria DG n. 62, em 27/3/2017, com objetivo de regulamentar os procedimentos para controle administrativo, reconhecimento e registro contábil de obrigações no âmbito da Câmara dos Deputados.
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de <i>software</i> , marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Desde 2010, os <i>softwares</i> adquiridos pela Câmara dos Deputados são mensurados com base no valor de aquisição, deduzidos da respectiva amortização acumulada. Em 2012, a Casa mostrou-se receosa em estimar de maneira segura o valor de cada <i>software</i> produzido, em razão da inexistência de um sistema de custos, da escassez de recursos humanos disponíveis para tal tarefa e da ausência de normatização que apresente parâmetros específicos para apuração dos insumos utilizados no desenvolvimento desses sistemas. Assim, o seu reconhecimento contábil continua em fase de estudo, tendo sido objeto de consulta à STN, que se limitou a dar orientações gerais, conforme Mensagem CCONT/STN n. 2017/0192856.
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	Os bens em almoxarifado são avaliados na entrada pelo custo de aquisição ou produção; e na saída, pelo custo médio ponderado. Não se constitui ajuste para perdas em estoques, tendo em vista que, devido aos tipos de materiais estocados e aos controles existentes, as perdas quando ocorridas são insignificantes.
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	No que diz respeito às IPSAS relacionadas a procedimentos patrimoniais não tratadas em tópicos anteriores, no momento, não se aplicam ao caso da Câmara dos Deputados.

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

3 Composição dos principais itens das demonstrações contábeis

Nota 1 – Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional e em bancos para aplicação nas operações da entidade.

Tabela 49 – Caixa e equivalentes de caixa

Valores em reais

Detalhamento	31/12/2017	31/12/2016	AV*	AH*
Conta Única – subconta do Tesouro	609.272.033	558.720.624	65,81%	9,05%
UG 010090 – recursos da Conta Única aplicados	609.272.033	558.720.624	65,81%	9,05%
Bancos conta movimento – demais contas	1.286.364	1.512.669	0,14%	-14,96%
UG 010001 – Caixa Econômica Federal	1.286.364	1.512.669	0,14%	-14,96%
Limite de saque com vinculação de pagamento	315.179.171	455.795.695	34,05%	-30,85%
UG 010001	312.870.141	454.560.354	33,80%	-31,17%
UG 010090	2.309.030	1.235.342	0,25%	86,91%
Total	925.737.568	1.016.028.989	100,00%	-8,89%

Fonte: Siafi.

* AV – Análise Vertical; AH – Análise Horizontal.

▪ Conta Única – subconta do Tesouro

Como se observa na tabela anterior, 65,81% das disponibilidades são recursos aplicados na Conta Única do Tesouro decorrentes de receitas diretamente arrecadadas pelo Fundo Rotativo da CD (FRCD). A variação positiva de 9,5% se deve aos juros auferidos com essa aplicação (R\$ 58,46 milhões).

▪ Limite de saque com vinculação de pagamento

Registra o valor do limite de saque com vinculação de pagamento da Conta Única destinado a despesas de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS). O detalhamento do saldo do limite de saque consta da tabela abaixo.

Tabela 50 – Limite de saque com vinculação de pagamento

Valores em reais

Identificação dos recursos	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
00 – Recursos ordinários	308.770.164	402.000.809	97,97%	-23,19%
50 – Recursos não financeiros diretamente arrecadados	2.309.030	1.221.993	0,73%	88,96%
51 – Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	0	555.501	0,00%	-100,00%
53 – Contribuição para financiamento da seguridade social	0	26.392.457	0,00%	-100,00%
69 – Contribuição patronal para plano de seguridade social do servidor	0	22.924.772	0,00%	-100,00%
88 – Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	1.000.000	0	0,32%	100,00%
90 – Recursos diversos	3.099.977	2.700.163	0,98%	14,81%
Total	315.179.171	455.795.695	100,00%	-30,85%

Fonte: Siafi.

Verifica-se que 97,97% do limite de saque é de recursos ordinários, ou seja, não possui vinculação específica e pode ser alocado discricionariamente pelo gestor, respeitando-se a legislação vigente.

Os fatos mais relevantes que ocasionaram as variações são os seguintes:

- ✓ **fonte 50:** a variação positiva se refere a recebimento de recursos oriundos da receita com operacionalização da folha de pagamento (R\$ 76,76 milhões). No entanto, em 2017, houve transferência de grande parte desses recursos (R\$ 74,5 milhões) para o Tesouro Nacional; e

- ✓ **fontes 51 e 53:** as variações negativas se referem à devolução de cota financeira diferida ao órgão central de programação financeira, no valor de 27,1 milhões, para ajuste do saldo invertido na conta cota a programar, tendo em vista inexistência de orçamento na fonte diferida.

Tabela 51 – Cota devolvida

Identificação dos recursos	Valores em reais	
	Valor	
00 – Recursos ordinários	205.637	
51 – Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	555.501	
53 – Contribuição para financiamento da seguridade social	26.392.457	
Total	27.153.595	

Fonte: Siafi.

Nota 2 – Demais créditos e valores a curto prazo

Compreende os valores a receber por transações realizáveis a curto prazo. A seguir, apresenta-se a composição desses valores.

Tabela 52 – Demais créditos e valores a curto prazo

Detalhamento	Valores em reais			
	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
Adiantamentos concedidos	2.633	0	0,03%	100,00%
Tributos a recuperar/compensar	2.707	79.088	0,03%	-96,58%
Créditos por danos ao patrimônio	2.471.421	7.815.385	24,13%	-68,38%
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	7.763.298	3.252.432	75,81%	138,69%
	10.240.059	11.146.905	100,00%	-8,13%
Ajustes para perdas				
(-) Ajustes para perdas	(1.720.509)	(4.139.770)	-	-58,44%
Total	8.519.550	7.007.135	-	21,58%

Fonte: Siafi.

▪ Créditos por danos ao patrimônio

Os créditos por danos ao patrimônio englobam os decorrentes de créditos administrativos (cobrança administrativa) e os apurados em tomada de conta especial (TCE).

– Créditos por danos ao patrimônio de créditos administrativos

Os créditos administrativos são registrados na contabilidade após apurado seu valor e definida a responsabilidade do devedor. Atualmente, os créditos inadimplentes superiores a R\$ 1.000,00 são encaminhados para inscrição na Dívida Ativa da União, consoante prescreve a Portaria-MF n. 75, de 2012. A tabela abaixo apresenta o detalhamento desses créditos por dano ao patrimônio.

Tabela 53 – Composição dos créditos por dano ao patrimônio de créditos administrativos

Detalhamento	Valores em reais			
	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
Crédito a receber por folha de pagamento	1.835.008	1.397.878	74,25%	31,27%
Crédito a receber por dano ao patrimônio	174.249	60.093	7,05%	189,96%
Crédito a receber por dolo, má-fé ou fraude	192.147	118.701	7,77%	61,88%
Crédito a receber de servidor não recolhido no prazo	0	4.299	0,00%	-100,00%
Crédito a receber por débito de terceiros em prestação de serviços	928	928	0,04%	0,00%
Crédito a receber por multa/juros servidor responsabilizado	663	663	0,03%	0,00%
Crédito a receber por uso indevido de cotas	228.389	68.839	9,24%	231,77%
Crédito a receber oriundo de uso ou aluguéis	39.719	47.612	1,61%	-16,58%
Outros créditos administrativos	319	319	0,01%	0,00%
Total	2.471.421	1.699.332	100,00%	45,43%

Fonte: Siafi.

Como se verifica na tabela acima, os créditos a receber por folha de pagamento é o item de maior relevância (74,25%) com destaque para a importância de R\$ 1.393.174,00, a receber da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Esse valor diz respeito ao reembolso a que a Câmara dos Deputados faz jus por ter realizado o pagamento dos encargos patronais das contribuições previdenciárias no período em que seus servidores prestaram serviço para aquela entidade.

– **Créditos por danos ao patrimônio apurado em tomada de contas especial (TCE)**

Em setembro de 2017, houve o desconhecimento de ativo referente aos créditos a receber por danos ao patrimônio apurado em TCE. De acordo com a nova rotina contábil definida pela STN, os valores pendentes de julgamento pelo TCU devem ser registrados apenas em contas de controle e o ativo só será reconhecido quando da decisão definitiva com imputação de débito por aquele tribunal.

Assim, o saldo constante das contas do grupo Créditos por danos ao patrimônio apurados em TCE, no valor de R\$ 7.033.101,42, foi baixado em contrapartida à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores e registrados em contas de controle para posterior identificação dos valores que realmente forem julgados pelo TCU com imputação de débito.

▪ **Outros créditos a receber e valores a curto prazo**

Compreende os créditos e valores realizáveis a curto prazo advindos de direitos obtidos junto a diversos devedores. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos créditos a receber classificados nesse grupo.

Tabela 54 – Outros créditos a receber e valores a curto prazo – composição

Detalhamento	31/12/2017	31/12/2016	Valores em reais	
			AV	AH
Crédito a receber decorrentes de infrações	1.513.082	1.366.565	19,49%	10,72%
Crédito a receber por cessão de áreas públicas	2.004.543	1.769.116	25,82%	13,31%
Crédito a receber por pagamento de despesas de terceiros	137.362	116.429	1,77%	17,98%
Crédito a receber decorrentes de folha de pagamento	887	322	0,01%	17,69%
Crédito a receber de entidades federais	4.107.424	-	52,91%	100,00%
Total	7.763.298	3.252.432	100,00%	138,69%

Fonte: Siafi.

Os créditos a receber decorrentes de infrações, os créditos a receber por cessão de áreas públicas e os a receber de entidades federais representam 98,22% desse grupo. Em relação aos primeiros, são créditos relacionados a multas contratuais cujos registros mais relevantes estão detalhados abaixo.

Tabela 55 – Infrações mais relevantes

CNPJ	Empresa	Valores em reais	
		31/12/2017	31/12/2016
01.778.268/0001-11	Sérgio Rodrigues dos Passos – PW Engenharia e Construções	720.938	632.699
04.356.735/0001-03	GVP Consultoria e Produção de Eventos Ltda. – ME	121.876	106.266
01.579.387/0001-45	Investiplan Computadores e Sistemas de Refrigeração Ltda.	110.426	107.415
60.872.173/0001-21	Transbrasil S.A.	110.039	110.039
02.674.687/0001-76	Life Defense Segurança Ltda.	73.972	0
13.858.686/0001-06	DJC Tecnologia Comércio e Serviços Ltda. – ME	66.743	60.361
	Demais empresas	309.088	349.786
Total		1.513.082	1.366.565

Fonte: Siafi.

Os créditos a receber por cessão de áreas públicas compreendem aluguéis devidos à Câmara dos Deputados pela utilização de espaço físico. No decorrer do ano, é efetuado o lançamento do crédito a receber por competência com base nos contratos; depois, com o recebimento dos valores, é feita a baixa. O registro mais relevante nessa conta é o da empresa Central Park Restaurante, no valor de R\$ 1.726.120,53, decorrente de penalidades aplicadas por descumprimento contratual.

Em relação aos créditos a receber de entidades federais, trata-se do registro por competência dos valores a receber relacionados à cessão dos direitos de operacionalização da folha de pagamento. O valor é referente à remuneração mensal de 1,03% sobre os valores líquidos da folha de pagamento a serem pagos pela Caixa Econômica Federal (Contrato n. 2017/159.0) e Banco do Brasil (Contrato n. 2017/160.0) à Câmara dos Deputados.

▪ **Ajustes para perdas**

Compreende o ajuste de perdas estimadas com o não recebimento de valores referentes a demais créditos e valores a curto prazo, por inadimplência de terceiros. Os valores estão detalhados na tabela abaixo.

Tabela 56 – Ajustes para perdas prováveis sobre demais créditos e valores a curto prazo

Descrição	Valores em reais		
	31/12/2017	31/12/2016	AH
Crédito por dano ao patrimônio de crédito administrativo	(503.513)	(643.210)	-21,72%
Crédito por dano ao patrimônio apurado em TCE	0	(2.444.119)	-100,00%
Outros créditos a receber e valores a curto prazo – créditos a receber decorrentes de infrações	(644.215)	(488.032)	32,00%
Outros créditos a receber e valores a curto prazo – créditos a receber por cessão de áreas públicas	(517.836)	(517.836)	0,00%
Outros créditos a receber e valores a curto prazo – créditos a receber por pagamento de despesas de terceiros	(54.945)	(46.572)	17,98%
Total	(1.720.509)	(4.139.770)	-58,44%

Fonte: Siafi.

Em 2017, houve a baixa de saldo de ajuste para perdas dos créditos por danos ao patrimônio apurados em TCE, no valor de R\$ 2,7 milhões, em razão do desconhecimento do ativo, procedimento previsto na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual, o desconhecimento é o processo de avaliar se ocorreram mudanças, desde a data do relatório anterior, que justifiquem a remoção de elemento que tenha sido previamente reconhecido nas demonstrações contábeis.

Nota 3 – Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos principalmente com objetivo de utilização no curso normal das atividades ou para manutenção do seu patrimônio. A seguir, apresenta-se a composição desses estoques.

Tabela 57 – Estoques – composição

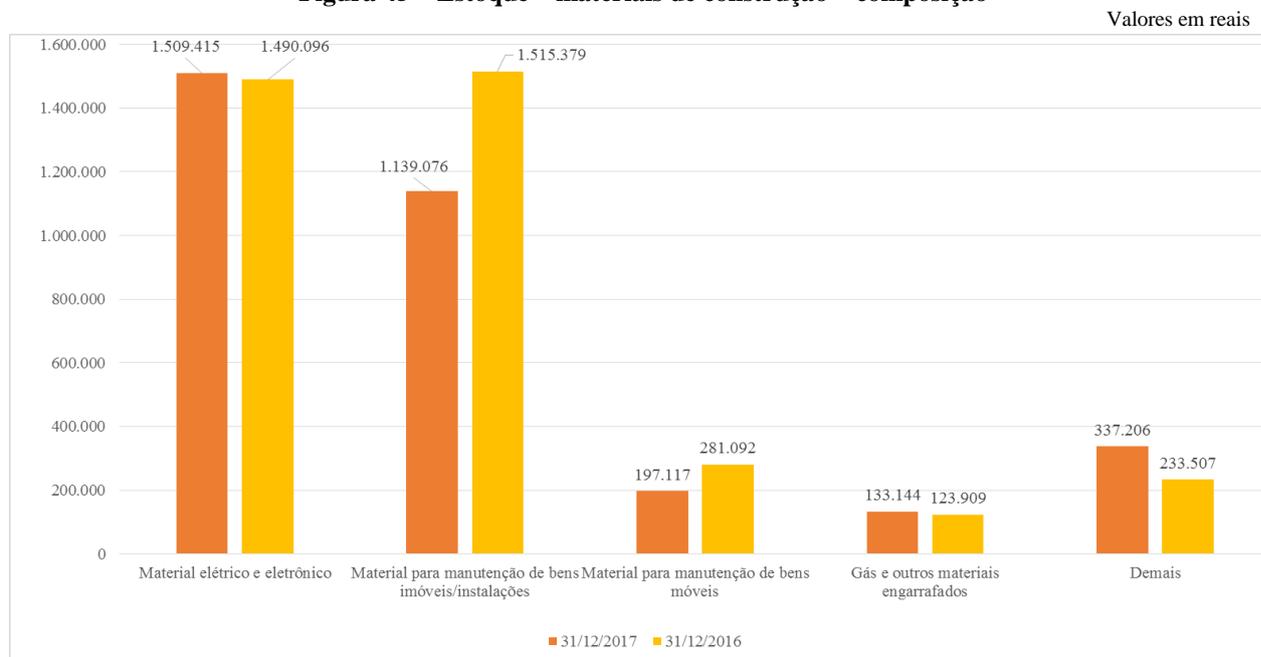
Descrição	Valores em reais			
	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
Materiais de construção	3.315.958	3.643.982	48,15%	-9,00%
Materiais de expediente	2.759.189	3.425.560	40,06%	-19,45%
Medicamentos e materiais hospitalares	331.920	269.128	4,82%	23,33%
Materiais de consumo	245.151	421.614	3,56%	-41,85%
Autopeças	145.161	169.888	2,11%	-14,55%
Cartuchos para pistolas de eletrochoque	64.075	0	0,93%	100,00%
Mercadorias para venda ou revenda	25.706	47.761	0,37%	-46,18%
Materiais gráficos	0	104.628	0,00%	-100,00%
Importações em andamento – estoque	0	119.095	0,00%	-100,00%
Total	6.887.160	8.201.656	100,00%	-16,03%

Fonte: Siafi.

▪ **Materiais de construção**

Esta conta engloba o estoque do Almojarifado de Consumo II desta Casa. Como se observa na figura abaixo, os itens mais relevantes são os relacionados a material elétrico e eletrônico, material para manutenção de bens imóveis e instalações e material para manutenção de bens móveis.

Figura 45 – Estoque – materiais de construção – composição

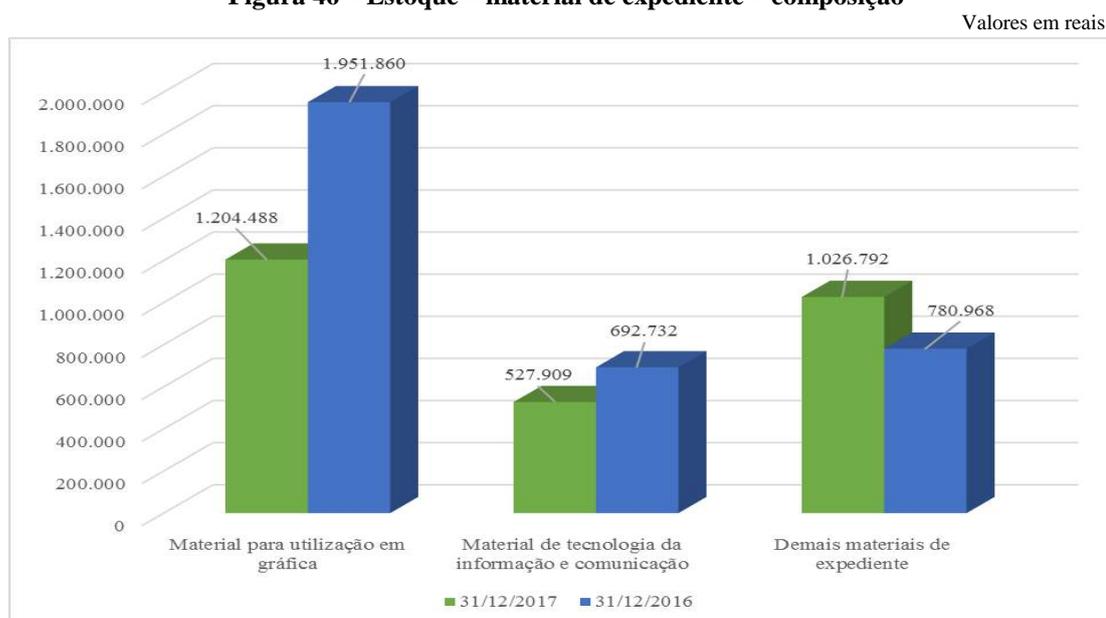


Fonte: Siafi.

▪ **Materiais de expediente**

Essa conta engloba o estoque do Almojarifado de Consumo I da Câmara dos Deputados. Os itens mais relevantes são os relacionados a material para utilização em gráfica e material de tecnologia da informação e comunicação.

Figura 46 – Estoque – material de expediente – composição



Fonte: Siafi.

Nota 4 – Créditos a longo prazo

Compreende os valores a receber de empréstimos e financiamentos concedidos e com vencimento no longo prazo. A tabela abaixo apresenta a composição desses créditos.

Tabela 58 – Créditos e valores de longo prazo

Detalhamento	Valores em reais		
	31/12/2017	31/12/2016	AV
Empréstimos concedidos a receber	2.698.020	2.698.020	41%
Financiamentos concedidos a receber – exceto FAT	3.857.137	3.857.137	59%
	6.555.157	6.555.157	100%
Ajustes de perdas em créditos de longo prazo			
(-) Ajuste de perdas empréstimos/financiamentos concedidos	(5.827.105)	(5.827.105)	-
Total	728.052	728.052	-

Fonte: Siafi.

Os valores registrados nas contas “Empréstimos Concedidos” e “Financiamentos Concedidos” a receber referem-se ao patrimônio do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) e ao convênio celebrado nos anos de 1971 e 1972 com a extinta Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. (Shis), cujo sucessor é o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Idhab – DF).

Nota 5 – Demais créditos a longo prazo

Trata-se de valores a receber por demais transações, com vencimentos no longo prazo, sendo composto pela seguinte conta.

Tabela 59 – Demais créditos e valores a longo prazo

Detalhamento	Valores em reais		
	31/12/2017	31/12/2016	AH
Adiantamento de contribuições futuras – Funpresp	15.939.251	15.504.528	2,80%
Créditos por danos ao patrimônio – créditos administrativos	216.800	0	100,00%
(-) Ajuste de perdas de créditos administrativos	(216.800)	0	100,00%
Créditos por danos ao patrimônio – créditos apurados em TCE	401.614	0	100,00%
(-) Ajuste de perdas de créditos apurados em TCE	(401.614)	0	100,00%
Total	15.939.251	15.504.528	2,80%

Fonte: Siafi.

▪ Adiantamento de contribuições futuras – Funpresp

O registro é decorrente de aporte a título de adiantamento de contribuições futuras à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), nos termos do Convênio de Adesão n. 2013/126, autorizado conforme a Lei n. 12.618, de 2012. Tal aporte destina-se a honrar a contribuição patronal do Plano de Benefícios Previdenciários do Poder Legislativo Federal (LegisPrev).

O valor inicial do adiantamento, no total de R\$ 12,1 milhões, foi contabilizado em 2013, sendo atualizado monetariamente no final de cada ano. Em 2017, a atualização monetária foi de R\$ 434,7 mil.

▪ Créditos por danos ao patrimônio

Após a análise e confirmação dos processos de TCE que já haviam sido julgados pelo TCU com imputação de débito (decisão definitiva), houve o reconhecimento do ativo, no subgrupo “Ativo Realizável a Longo Prazo”, no valor de R\$ 618,4 mil.

O ajuste para perda desses créditos foi de 100%, considerando a natureza, prazo de vencimento e o histórico de recebimento desses valores.

Nota 6 – Imobilizado

▪ Bens móveis

Compreende os bens corpóreos que constituem meios para a produção de outros bens ou serviços. Os bens móveis desta Casa, em 31/12/2017, totalizaram R\$ 214,2 milhões, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 60 – Bens móveis – composição

Descrição	Valores em reais			
	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
Bens de informática	69.704.503	79.168.601	32,53%	-11,95%
Material cultural, educacional e de comunicação	59.583.419	55.219.852	27,81%	7,90%
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	38.313.293	36.569.227	17,88%	4,77%
Móveis e utensílios	33.818.729	31.448.845	15,78%	7,54%
Bens móveis em almoxarifado	8.057.370	21.519.192	3,76%	-62,56%
Veículos	1.099.313	961.462	0,51%	14,34%
Armamentos	1.138.127	496.887	0,53%	129,05%
Bens móveis em andamento	0	642.138	0,00%	-100,00%
Demais bens móveis	2.579.694	2.490.147	1,20%	3,60%
Total	214.294.448	228.516.350	100,00%	-6,22%

Fonte: Siafi.

▪ Bens imóveis

Os bens imóveis em uso pela Câmara dos Deputados totalizavam R\$ 981,2 milhões em 31/12/2017, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 61 – Bens imóveis – composição

Descrição	Valores em reais			
	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	844.496.222	842.128.957	86,06%	0,28%
Imóveis Residenciais/Comerciais	516.563.213	516.563.213	52,64%	0,00%
Edifícios	317.434.744	315.067.479	32,35%	0,75%
Terrenos/Glebas	6.418.905	6.418.905	0,65%	0,00%
Armazéns/Galpões	4.079.359	4.079.359	0,42%	0,00%
Bens Imóveis em Andamento	125.137.088	115.356.874	12,75%	8,48%
Obras em Andamento	123.431.580	115.319.852	12,58%	7,03%
Estudos e Projetos	1.705.508	37.022	0,17%	4.506,73%
Instalações	11.650.838	11.584.962	1,19%	0,57%
Total	981.284.148	969.070.793	100,00%	1,26%

Fonte: Siafi.

A conta de imóveis residenciais/comerciais registra principalmente os apartamentos funcionais destinados à moradia de parlamentares. As contas “Edifícios”, “Terrenos/Glebas” e “Armazéns/Galpões” registram imóveis relacionados à execução da atividade-fim do órgão. A conta de obras em andamento registra, principalmente, a construção de um centro de armazenagem e a reforma de apartamentos funcionais destinados à moradia de parlamentares.

▪ **Conciliação do valor contábil – bens móveis e imóveis**

As principais alterações ocorridas nas contas de bens móveis e imóveis encontram-se na tabela abaixo.

Tabela 62 – Conciliação do valor contábil

Descrição	Valores em reais	
	Bens móveis	Bens imóveis
Saldo em 31/12/2016	228.516.350	969.070.793
Aquisições	10.046.831	12.181.681
Reversão da depreciação acumulada	(42.978.403)	-
Reavaliação	20.409.134	-
Baixa de bens por desincorporação	(2.256.159)	-
Outros	556.695	31.674
Saldo em 31/12/2017 (I)	214.294.448	981.284.148
Depreciação Acumulada		
Saldo em 31/12/2016	(80.211.036)	(1.625.915)
Encargo de depreciação	(31.511.042)	(2.823.322)
Reversão da depreciação acumulada	42.978.403	-
Saldo em 31/12/2017 (II)	(68.743.675)	(4.449.237)
Valor Contábil (I + II)	145.550.773	976.834.911

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nota 7 – Intangível

O valor total de intangível é formado exclusivamente de aquisições de licenças de *software*. As variações ocorridas no período estão relacionadas principalmente à apropriação de encargos de amortização no valor de R\$ 5.626.502,44.

Nota 8 – Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Compreende os valores a pagar a pessoal, tais como remunerações, décimo terceiro salário, férias e encargos previdenciários. A composição do saldo desta conta está demonstrada a seguir.

Tabela 63 – Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo – composição

Pessoal a pagar	Valores em reais			
	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
Salários, remunerações e benefícios	1.485.956	1.490.984	12,77%	-0,34%
Férias a pagar	10.146.743	4.084.614	87,23%	148,41%
Total	11.632.699	5.575.598	100,00%	108,64%

Fonte: Siafi.

O valor mais relevante trata de apropriações por competência de passivos decorrentes do adicional de 1/3 de férias da folha de pagamento. Tais registros consistem no reconhecimento das obrigações da entidade em relação ao trabalhador, em função do mês trabalhado.

Nota 9 – Demais obrigações a curto prazo

Compreende valores diversos, tais como valores retidos de fornecedores e pessoal, contribuições e impostos a recolher, depósitos e cauções recebidos, bem como indenizações e cartão de pagamento do governo federal (CPGF), conforme demonstrado a seguir.

Tabela 64 – Demais obrigações a curto prazo – composição

Composição	Valores em reais			
	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
Consignações	5.014.783	5.847.229	55,69%	-14,24%
Depósitos retidos de fornecedores	4.521.636	5.847.229	50,21%	-22,67%
Depósitos retidos pessoal/benefícios	493.147	0	5,48%	100,00%
Depósitos não judiciais	3.893.194	4.212.832	43,24%	-7,59%
Depósitos e cauções recebidos	1.286.364	1.512.669	14,29%	-14,96%
Depósitos de terceiros	2.524.433	2.700.163	28,04%	-6,51%
Depósitos por devolução de valores não reclamados	82.397	0	0,91%	100,00%
Outras obrigações a curto prazo	96.594	35.931	1,07%	168,83%
Indenizações, restituições e compensações	38	25.593	0,00%	-99,85%
Saque – cartão de pagamento do governo	96.556	10.338	1,07%	834,00%
Total	9.004.571	10.095.992	100,00%	-10,81%

Fonte: Siafi.

▪ Consignações

Compreende os valores recebidos em confiança ou em consignações, retidos em folha de pagamento de servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços. O item mais relevante trata de depósitos retidos de fornecedores (R\$ 4,52 milhões).

– Depósito retido de fornecedores

A conta “Depósito Retido de Fornecedores” registra os valores de obrigações decorrentes de valores retidos e/ou bloqueados de fornecedores em função de aplicação de multas por descumprimentos de contratos, bloqueios por falta de comprovação de pagamentos a funcionários, descontos referentes a reembolsos de passagens aéreas, entre outros. A tabela abaixo demonstra os valores mais representativos nessa conta.

Tabela 65 – Depósitos retidos de fornecedores

Fornecedor	Valores em reais	
	31/12/2017	AV
Sony Brasil Ltda.	3.080.342	68,12%
City Service Segurança Ltda.	188.494	4,17%
Eletrodata Engenharia Ltda.	157.535	3,48%
MCR Sistemas e Consultoria Ltda.	155.167	3,43%
Porto Belo Engenharia e Comércio Ltda.	93.536	2,07%
Life Defense Segurança Ltda.	92.382	2,04%
Outros	754.181	16,68%
Total	4.521.636	100,00%

Fonte: Siafi.

▪ Depósitos não judiciais

Os valores mais relevantes se referem aos depósitos de terceiros de diversas origens (R\$ 2,52 milhões) e ao recebimento de cauções vinculadas a contratos de bens e/ou serviços (R\$ 1,28 milhão).

▪ **Outras obrigações a curto prazo**

A variação ocorrida deve-se, principalmente, à concessão de suprimento de fundos nas modalidades saque e cartão de pagamento do governo federal aos servidores da Casa.

Nota 10 – Ajustes de exercícios anteriores

O saldo de R\$ 6,52 milhões foi influenciado, principalmente, pelo desconhecimento de ativo, referente aos créditos a receber por danos ao patrimônio apurado em TCE (R\$ 7,03 milhões). Assim, após a confirmação dos processos de TCE que já haviam sido julgados pelo TCU com imputação de débito (decisão definitiva), houve o reconhecimento do ativo, no valor de R\$ 618,4 mil.

Nota 11 – Atos potenciais ativos

O saldo dos atos potenciais ativos é composto principalmente das garantias apresentadas nas modalidades de fiança bancária e de seguro-garantia, cujo objetivo é assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas nos contratos celebrados com a Câmara dos Deputados. Somente são recebidos os seguros-garantia de seguradoras registradas junto à Superintendência de Seguros Privados (Susep) e as fianças emitidas por entidades financeiras cadastradas no Banco Central do Brasil. Abaixo, detalhamento das garantias apresentadas, agrupadas por empresas.

Tabela 66 – Garantias contratuais recebidas

Valores em reais

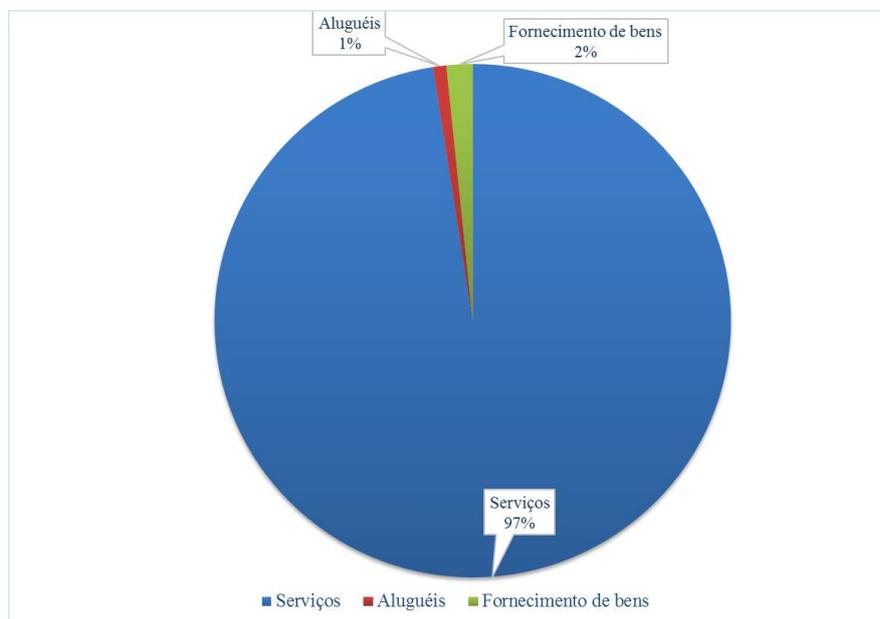
Detalhamento	31/12/2017	31/12/2016
Plansul Planejamento e Consultoria Eireli	8.991.883	7.854.998
Porto Belo Engenharia e Comércio Ltda.	4.190.585	4.190.585
G.C.E S.A.	4.066.556	3.999.812
Cetro RM Serviços Ltda.	3.213.345	1.720.937
Planalto Service Ltda.	2.693.407	2.693.407
Real JG Serviços Gerais Eireli	2.083.762	2.445.873
Santa Helena Segurança Total S.A.	1.593.275	1.593.275
MCR Sistemas e Consultoria Ltda.	1.258.102	1.258.102
Soberana Segurança e Vigilância Ltda.	1.188.974	-
EQS Engenharia Ltda.	1.172.399	1.121.982
Digi Soluções de Comunicação Ltda.	1.169.944	939.900
Outras garantias recebidas a executar	17.909.531	19.109.529
Total	49.531.763	46.928.398

Fonte: Siafi.

Nota 12 – Atos potenciais passivos

O saldo de atos potenciais passivos compreende principalmente os contratos a executar, os quais se subdividem em contratos de fornecimento de bens, alugueis e serviços.

Figura 47 – Atos potenciais passivos – contratos – composição



Fonte: Tesouro Gerencial.

Como se observa, os contratos de serviços são os mais expressivos, respondendo por 97% do universo dos contratos firmados. Em relação às entidades com os maiores valores, a Caixa Econômica Federal se destaca dentre os demais. Os contratos a executar da Câmara com essa instituição financeira se referem aos Convênios n. 145/2015 e 168/2017, cujo objeto é a mútua cooperação para execução e aprimoramento dos respectivos planos de saúde e compartilhamento da rede de credenciados da Caixa para o plano de saúde oferecido pela Câmara a seus servidores.

Nota 13 – Transferências e delegações recebidas

▪ Transferências intragovernamentais

Observa-se na tabela abaixo que quase a totalidade das transferências são recursos recebidos pela Câmara decorrentes da programação financeira correspondente ao orçamento anual.

Tabela 67 – Transferências e delegações recebidas – composição

Composição	Valores em reais		
	31/12/2017	31/12/2016	AV
Cota recebida	5.247.110.544	5.263.850.099	99,97%
Outras transferências	21.526	75.307	0,00%
Doações/transferências recebidas	1.499.041	4.336.161	0,03%
Total	5.248.631.111	5.268.261.567	100,00%

Fonte: Siafi.

Nota 14 – Reavaliação

A variação expressiva deve-se ao registro de reavaliação de bens móveis no valor de R\$ 20,41 milhões, apurado pela Comissão Especial de Reavaliação de Bens Móveis constituída pela Portaria-DG 216, de 2016.

Tabela 68 – Reavaliação de bens móveis

Valores em reais

Conta		31/12/2017	31/12/2016	AH
Varição patrimonial aumentativa (VPA)	Reavaliação de bens móveis	21.759.010	357.875	5.980%
Varição patrimonial diminutiva (VPD)		(1.349.876)	(125.501)	976%
Total		20.409.134	232.374	8.683%

Fonte: Tesouro Gerencial.

As classes de ativos reavaliados, em 2017, foram as seguintes.

Tabela 69 – Classes de ativos reavaliados

Valores em reais

Descrição	Valor *
Aparelhos e equipamentos de comunicação	268.522
Equipamentos de processamento de dados	6.663.033
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	13.477.676
Máquinas e equipamentos industriais	(4.621)
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	4.671
Mobiliário em geral	(147)
Total	20.409.134

Fonte: Siafi.

* valores líquidos: VPA –VPD.

Nota 15 – Ganhos com desincorporação de passivos

A variação foi decorrente de ajustes efetuados no 1º trimestre de 2016. No encerramento do exercício de 2015, o valor apurado no processo de inscrição do diferido, realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, foi de R\$ 260.439.295,00. No entanto, o valor correto que deveria ter sido inscrito seria de R\$ 133.446.216,00. O registro foi regularizado à conta de ganhos com desincorporação de passivos – baixa de cota diferida, em janeiro de 2016, o que explica a variação ocorrida.

Tabela 70 – Ganhos com desincorporação de passivos

Valores em reais

Conta	31/12/2017	31/12/2016	AH
Ganhos com desincorporação de passivos	88.247	135.044.083	-99,93%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nota 16 – Pessoal e encargos

No exercício de 2017, o item “Pessoal e Encargos” das Variações Patrimoniais Diminutivas totalizou cerca de R\$ 3,04 bilhões, tendo apresentado um crescimento de 2,74% em relação ao mesmo período do exercício anterior. A tabela a seguir apresenta os principais componentes deste item.

Tabela 71 – Pessoal e encargos

Valores em reais

Conta	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
Gratificações	1.613.801.488	1.515.869.587	52,99%	6,46%
Vencimentos e Salários	475.737.573	520.057.552	15,63%	-8,52%
Contribuição Patronal para o RPPS	241.622.853	243.275.685	7,93%	-0,68%
Contribuições Previdenciárias - INSS	198.748.083	184.164.118	6,53%	7,92%
Auxílio-Alimentação	179.412.146	169.962.923	5,89%	5,56%
13º Salário	169.842.601	167.670.952	5,58%	1,30%
Férias	50.630.794	48.266.984	1,66%	4,90%
Auxílio-Creche	29.181.749	25.916.217	0,96%	12,60%
Indenizações e Restituições Trabalhistas	25.113.641	23.223.418	0,82%	8,14%
Outros	61.322.145	65.713.601	2,01%	-6,68%
Total	3.045.413.073	2.964.121.037	100,00%	2,74%

Fonte: Tesouro Gerencial.

O fato que mais contribuiu para este crescimento foi o reajuste, a partir de janeiro de 2017, de 5% na remuneração (principalmente nas gratificações), concedido pela Lei n. 13.323, de 2016. Embora o montante de pessoal e encargos tenha aumentado, a conta de vencimentos e salários apresentou decréscimo em decorrência de aposentadorias concedidas no período.

Nota 17 – Benefícios previdenciários e assistenciais

O item “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” totalizou cerca de R\$ 1,68 bilhão no exercício de 2017, tendo apresentado um crescimento de 5,92% em relação ao mesmo período do exercício anterior decorrente, principalmente, do aumento no pagamento de aposentadorias. Os seus principais itens e variações estão demonstrados na tabela a seguir.

Tabela 72 – Benefícios previdenciários e assistenciais

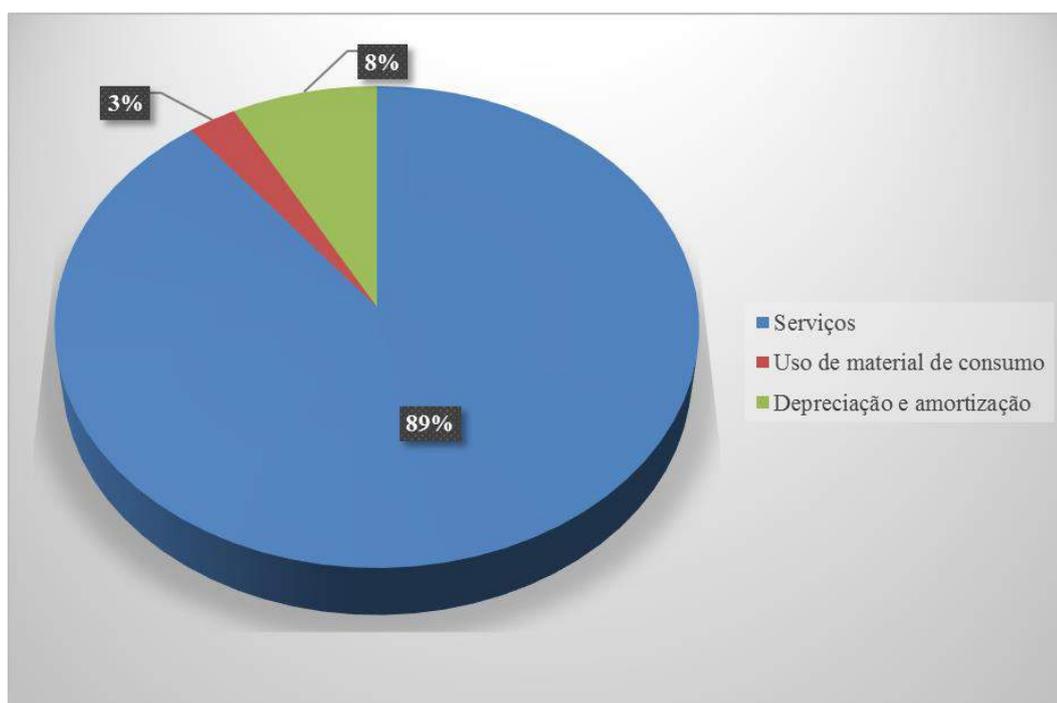
Conta	Valores em reais			
	31/12/2017	31/12/2016	AV	AH
Proventos - pessoal civil	1.169.413.298	1.068.427.752	69,63%	9,45%
Pensões civis	320.864.837	308.917.511	19,10%	3,87%
13º salário - pessoal civil 16/91	94.774.546	86.640.351	5,64%	9,39%
Gratificações	53.554.419	47.503.743	3,19%	12,74%
13º salário - pessoal civil - pensionistas	22.599.481	21.656.760	1,35%	4,35%
Outros	18.305.612	52.429.183	1,09%	-65,09%
Total	1.679.512.193	1.585.575.300	100,00%	5,92%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nota 18 – Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, alugueis, depreciação, amortização, exaustão, entre outras. O item “Serviços” representa 89% desse grupo:

Figura 48 – Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo – composição



Fonte: Tesouro Gerencial.

▪ **Serviços**

Na tabela abaixo, observa-se que 98,05% do total de serviços foram prestados por pessoas jurídicas e que os serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, os serviços técnicos profissionais e os serviços de transporte, passagem, locação e hospedagem representam 88,89% desse total.

Tabela 73 – Serviços – detalhamento

Detalhamento	Valores em reais		
	31/12/2017	31/12/2016	AV
Diárias	4.726.222	4.104.964	1,05%
Serviços de terceiros – pessoa física	4.120.239	5.388.937	0,91%
Serviços de terceiros – pessoa jurídica	441.838.614	506.976.252	98,05%
Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	250.562.213	273.564.329	55,60%
Serviços técnicos profissionais	85.744.801	112.617.584	19,03%
Serviços de transporte, passagem, locomoção e hospedagem	64.314.490	69.365.482	14,26%
Serviços de comunicação, gráfico e audiovisual	19.763.882	24.119.497	4,39%
Serviços de água e esgoto, energia elétrica, gás e outros	17.870.317	21.783.170	3,97%
Outros serviços	3.582.911	5.526.190	0,79%
Serviços de terceiros – pessoa jurídica intra	0	1.371.881	0,00%
Total	450.685.075	517.842.034	100,00%

Fonte: Siafi.

A tabela abaixo apresenta os principais prestadores de serviços nessas rubricas.

Tabela 74 – Principais prestadores de serviços – pessoa jurídica – 2017

Conta	Prestador	Natureza do serviço	Valores em reais
			Valor
Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	Plansul Planejamento e Consultoria Eireli	Locação de mão de obra	86.651.070
	Cetro RM Serviços Ltda.		36.156.521
	Soberana Segurança e Vigilância Ltda.		19.906.927
Serviços técnicos profissionais	Caixa Econômica Federal	Serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais	77.814.977
Serviços de transporte, passagem, locomoção e hospedagem	Gol Linhas Aéreas S.A.	Passagens aéreas	19.987.224
	Tam Linhas Aéreas S.A.		18.791.661
Total			259.308.380

Fonte: Siafi e Tesouro Gerencial.

Nota 19 – Transferências e delegações concedidas

Compreende as variações patrimoniais diminutivas decorrentes das transferências financeiras a instituições públicas, privadas e ao exterior de bens e valores. Em 2017, totalizaram R\$ 105,09 milhões, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 75 – Transferências e delegações concedidas

Descrição	Valores em reais	
	31/12/2017	AV
Transferências intragovernamentais	102.401.915	97,44%
Transferências a instituições privadas	14.000	0,01%
Transferências ao exterior	941.017	0,90%
Outras transferências	1.740.619	1,65%
Total	105.097.551	100,00%

Fonte: Siafi.

O item mais expressivo (97,44%) se refere à devolução de cota diferida ao órgão central de programação financeira, para ajuste da cota financeira a programar ao orçamento aprovado (R\$ 27,1 milhões), e transferência de recursos financeiros para o Tesouro Nacional oriundos da cessão do direito de operacionalização da folha de pagamentos (R\$ 74,5 milhões).

Nota 20 – Diversas variações patrimoniais diminutivas

Este item refere-se, principalmente, ao reembolso de despesas a deputados relativo à Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar, que totalizou R\$ 163,5 milhões no período.

Nota 21 – Receitas correntes

Na execução orçamentária observou-se arrecadação de R\$ 144,14 milhões (191,04% do total previsto) com destaque para a rubrica “Valores Mobiliários”, que compreende receitas de juros sobre recursos aplicados na Conta Única do Tesouro Nacional, e para a rubrica “Cessão de Direitos” que compreende as receitas oriundas da cessão do direito de operacionalização da folha de pagamentos

Nota 22 – Pessoal e encargos sociais

O grupo “Pessoal e Encargos Sociais” representa 82,59% do total da despesa empenhada. Foram liquidados, em 2017, 100% desse total. Esse grupo compreende despesas como vencimentos, salários, proventos e subsídios, gratificações, obrigações patronais, funções comissionadas e pensões com parlamentares, servidores ativos, aposentados e pensionistas. Os valores empenhados e liquidados a título de pessoal e encargos sociais estão detalhados na tabela abaixo.

Tabela 76 – Pessoal e encargos sociais – elementos de despesa empenhados e liquidados

Valores em reais

Elemento de despesa	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.268.604.562	2.268.604.562
Aposentadoria RPPS, reserva remunerada e reforma militar	1.331.670.316	1.331.670.316
Obrigações patronais	439.370.631	439.370.631
Pensões do RPPS e do militar	342.985.577	342.985.577
Outras despesas variáveis - pessoal civil	48.673.691	48.673.691
Indenizações e restituições trabalhistas	22.957.296	22.957.296
Despesas de exercícios anteriores	12.642.208	12.642.208
Ressarcimento despesas pessoal requisitado	2.947.050	2.947.050
Contribuição a entidade fechada previdência	3.424.413	3.424.413
Total	4.473.275.745	4.473.275.745

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nota 23 – Outras despesas correntes

O grupo “Outras Despesas Correntes” corresponde a 17,11% das despesas empenhadas. Em 2017 foram liquidados 92,95% desse total. Os valores empenhados e liquidados a esse título estão detalhados na tabela abaixo.

Tabela 77 – Outras despesas correntes – elementos de despesa empenhados e liquidados

Valores em reais

Elemento de despesa	Despesas	Despesas liquidadas
Locação de mão de obra	259.730.026	235.994.689
Indenizações e restituições	210.074.598	194.067.146
Auxílio-alimentação	179.395.350	179.395.350
Outros serviços de terceiros PJ	141.555.312	132.737.535
Passagens e despesas com locomoção	76.627.442	62.650.725
Outros benefícios assistenciais do servidor e do militar	30.780.259	30.780.259
Material de consumo	10.893.567	9.481.307
Outros	17.476.226	16.110.723
Total	926.532.781	861.217.735

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nota 24 – Despesas de capital - Investimentos

O grupo “Investimentos” representa 0,30% do total da despesa empenhada. Foram liquidados, em 2017, 51,63% desse total. Os valores empenhados e liquidados estão detalhados na tabela abaixo.

Tabela 78 – Despesas de capital – investimentos – elementos de despesa empenhados e liquidados

Elemento de despesa	Valores em reais	
	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas
Equipamentos e material permanente	10.703.222	5.978.150
Obras e instalações	2.963.859	886.963
Outros serviços de terceiros PJ	2.005.461	1.158.484
Despesas de exercícios anteriores	368.774	311.433
Material de consumo	300.872	101.986
Indenizações e restituições	552	552
Obrigações tributárias e contributivas	489	489
Total	16.343.230	8.438.057

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nota 25 – Execução orçamentária dos restos a pagar

▪ Execução de restos a pagar não processados (RPNP)

A tabela abaixo especifica o período de inscrição dos restos a pagar e destaca os restos a pagar não processados que foram liquidados no decorrer de 2017 e reinscritos como processados.

Tabela 79 – Execução de RPNP – exercícios anteriores

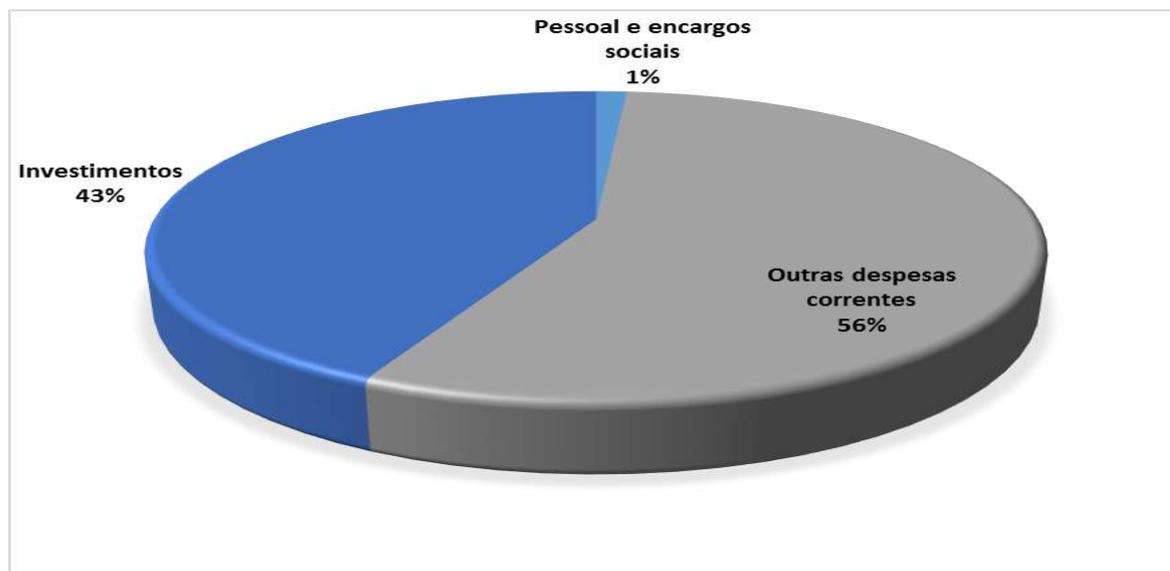
Ano de inscrição	Valores em reais				
	Montante 01/01/2017	Pagamento	Cancelamento	RPNP reinscrito como processado	Saldo 31/12/2017
2010	97.209	-	-	-	97.209
2011	8.372	-	-	-	8.372
2012	132.364	850	1.882	-	129.632
2013	1.093.830	162.539	111	-	931.181
2014	4.224.920	4.084.117	-	-	140.803
2015	14.250.566	5.082.860	7.139.370	69.488	1.958.848
2016	44.105.281	25.882.716	13.205.163	77.565	4.939.837
Total	63.912.542	35.213.082	20.346.526	147.053	8.205.882

Fonte: Tesouro Gerencial.

Do montante inscrito e reinscrito em restos a pagar não processados ao final de 2016 (R\$ 63,91 milhões), R\$ 35,21 milhões foram pagos e R\$ 20,35 milhões foram cancelados em 2017.

Em relação aos pagamentos de RPNP, os grupos “Outras Despesas Correntes” (55,96%) e “Investimentos” (42,73%) são os mais expressivos, representando 98,69% de todo o montante pago.

Figura 49 – Pagamentos de RPNP



Fonte: Tesouro Gerencial.

Em relação aos valores cancelados, o grupo “Outras Despesas Correntes” é o item mais expressivo, representando 85% de todo o montante cancelado. Os elementos de despesas que mais se destacam são os seguintes.

Tabela 80 – Cancelamento de RPNP

		Valores em reais
Grupo	Elemento de despesa	Valor
Outras despesas correntes	Indenizações e restituições	6.928.437
	Passagens e despesas com locomoção	6.307.055
	Outros serviços de terceiros PJ	2.397.483
	Locação de mão de obra	1.344.527
	Outros	365.194
	Total	17.342.696

Fonte: Siafi.

▪ **Execução de restos a pagar processados**

No decorrer do exercício, ocorreu o pagamento de 29% do conjunto de restos a pagar processados que inicialmente era de R\$ 7,3 milhões. Outros R\$ 147 mil que pertenciam ao conjunto de restos a pagar não processados foram liquidados durante o exercício e reinscritos como restos a pagar processados.

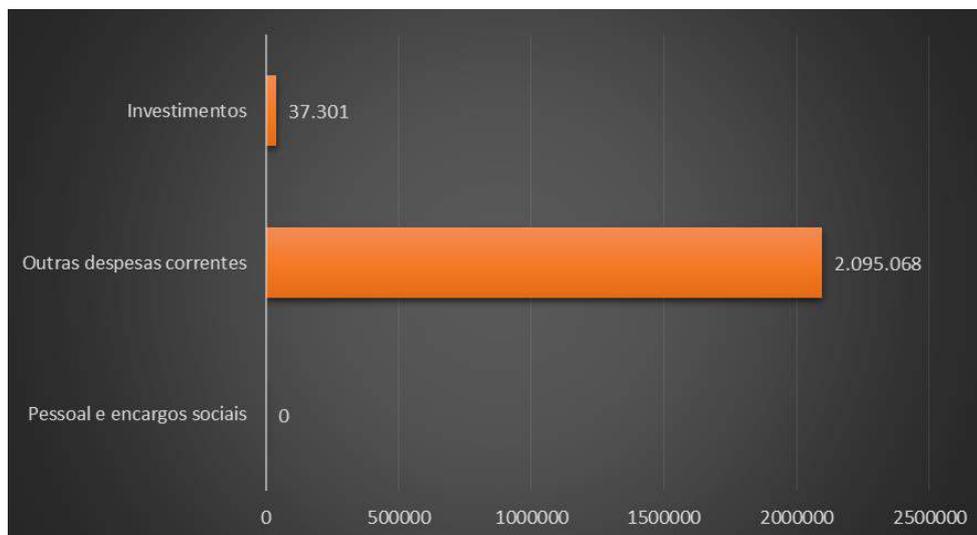
Tabela 81 – Execução de RPP – exercícios anteriores

						Valores em reais
Ano de inscrição	Montante 01/01/2017	Pagamentos	Cancelamentos	RPNP reinscrito como processado	Saldo 31/12/2017	
2007	191	-	191	-	0	
2010	757	-	398	-	360	
2011	26.857	-	166	-	26.691	
2012	24.532	-	20.183	-	4.349	
2013	3.169.665	-	17.522	-	3.152.143	
2014	1.661.754	13.261	24.194	-	1.624.299	
2015	74.536	16.657	25.593	69.488	101.775	
2016	2.405.514	2.102.451	-	77.565	380.628	
Total	7.363.806	2.132.369	88.247	147.053	5.290.245	

Fonte: Tesouro Gerencial.

Em relação aos pagamentos de restos a pagar processados, o grupo “Outras Despesas Correntes” é o mais expressivo, representando 98,25% de todo o montante pago.

Figura 50 – Pagamentos de RPP



Fonte: Tesouro Gerencial.

Parte do montante ainda pendente de pagamento (aproximadamente 71%) refere-se a valores retidos de fornecedores por descumprimento de contratos, os quais somente serão pagos após a conclusão do devido processo administrativo. Dentre estas entidades credoras da Câmara, a empresa Sony Brasil Ltda. é a mais representativa, com R\$ 3,08 milhões retidos.